

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 27 DE MARÇO DE 2015

NÚMERO 6.805

## MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Aldo Schneider  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Leonel Pavan  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Valmir Comin  
**1º SECRETÁRIO**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**

Dirce Heiderscheidt  
**3º SECRETÁRIO**

Mário Marcondes  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Silvio Dreveck

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA  
(PSDB E PP)**  
Líder: José Milton Scheffer

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVAÇÃO  
(PR, PSB E PPS)**  
Líder: Cleiton Salvaro

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: César Valduga

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Rodrigo Minotto

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei Alberton Ascari  
Ricardo Guidi  
Narcizo Parisotto  
João Amin  
Marcos Vieira  
Valdir Cobalchini  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Cleiton Salvaro  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente  
Patrício Destro - Vice-Presidente  
Maurício Eskudlark  
José Milton Scheffer  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente  
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Natalino Lázare  
Manoel Mota  
Fernando Coruja  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
Gean Loureiro - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Narcizo Parisotto  
Serafim Venzon  
Luiz Fernando Vampiro  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Ricardo Guidi  
Silvio Dreveck  
Antonio Aguiar  
Valdir Cobalchini

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Patrício Destro  
Rodrigo Minotto  
José Milton Scheffer  
Antonio Aguiar  
Gean Loureiro  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Cesar Valduga  
Mauro de Nadal  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente  
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Rodrigo Minotto  
Luiz Fernando Vampiro  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Cesar Valduga  
João Amin  
Maurício Eskudlark  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Natalino Lázare  
Marcos Vieira  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Ana Paula Lima  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Natalino Lázare  
Rodrigo Minotto  
Serafim Venzon  
Gean Loureiro

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente  
José Nei Alberton Ascari  
Patrício Destro  
José Milton Scheffer  
Romildo Titon  
Manoel Mota  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente  
Doutor Vicente - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Cesar Valduga  
José Milton Scheffer  
Fernando Coruja  
Dalmo Claro

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Doutor Vicente  
Fernando Coruja  
Romildo Titon  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Romildo Titon  
Neodi Saretta  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Natalino Lázare  
Doutor Vicente  
Dalmo Claro  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.ale.sc.gov.br">www.ale.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 001ª Sessão Ordinária realizada em 04/02/2015..... 2</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Ato da Presidência DL..... 12 Ato da Mesa DL ..... 12 Atos da Mesa ..... 12</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Atas de Comissões Permanentes..... 13 Extratos..... 15 Ofícios..... 16 Portarias..... 16 Projeto de Decreto Legislativo.. ..... 19 Projetos de Lei ..... 19 Projeto de Lei Complementar... ..... 22 Projeto de Resolução ..... 23 Redações Finais ..... 24</p>
--	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2015 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darcí de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, sejam as nossas primeiras palavras ao iniciar esta 18ª Legislatura de agradecimento a Deus, aos amigos e àqueles que nos permitiram a recondução nesta Casa.

Sempre digo que agradecer faz bem ao coração e preciso também registrar gratidão à família, à minha amada Denise, à Deise, ao Israel, à Suzane, ao Antony, em especial, ao meu pai, pastor Nirton dos Santos, que tem sido uma referência imprescindível, bússola segura nas curvas da nossa existência.

Quero cumprimentar a Mesa Diretora desejando sucesso a este novo comando desta Casa e dizer da nossa satisfação em poder estar mais uma vez nesta Casa como titular, assumindo esta tribuna.

Deputado Maurício Eskudlark, como v.exa, já passamos por vários pleitos e este é o décimo que participamos. Eu sempre digo que a eleição é como uma gangorra, às vezes você está lá em cima; outras, na lona. Mas o importante é a perseverança dessas dez eleições, das quais conquistei cinco, perdi quatro, e diria, empatei uma, porque houve aquela em que fui o mais votado e não consegui acessar uma vaga nesta Casa, mas, felizmente, nesta última eleição, conseguimos 66.818 mil amigos em Santa Catarina, em nome dos quais agradeço todos os catarinenses que nos permitiram estar aqui.

Política se faz com equipe política, deputado Cesar Valduga, faz-se com pessoas e com cenário, naturalmente, e tivemos um cenário positivo nessas eleições e uma equipe muito determinada, aguerrida. Queremos registrar aqui a nossa gratidão aos coordenadores do estado. Conquistamos votos em 291 municípios, faltaram apenas quatro para fechar aí o mapa de Santa Catarina, e precisamos registrar a nossa gratidão a todos eles.

Eu quero felicitar o extraordinário trabalho desses coordenadores municipais, vereadores, suplentes de vereadores, enfim, àqueles que se dispuseram a multiplicar as nossas ideias. Foram mais de 400.000km rodados nos últimos quatro anos e, e costume dizer, deputado João Amin: Quem não tem estrela, tem que ter estrada. Então, rodamos buscando cumprir a nossa missão.

Eu não sou poeta, mas inspirado no amigo Joni de Oliveira, gostaria de compartilhar alguns breves versos para fechar esta rápida intervenção na abertura dos trabalhos nesta Casa.

Parafrazeando Joni de Oliveira: "Nascer, viver, conquistar, chegar, avançar.

Vejam como todos ficamos prisioneiros dos verbos, pensando, às vezes, que tudo começa quando se chega e acaba quando se parte. Conjugação é bom, porém, mais

nobre e sublime é que o verbo se faça trabalho, paz e harmonia, é que o verbo habite entre nós, é que o verbo se faça pão, solidariedade, mão estendida, é que o verbo se multiplique e se reparta por nós e através de nós, é que o verbo se faça voz, se faça ação em todo tempo, modo e lugar.”

E permita-me, deputado Padre Pedro Baldissera, que o verbo Divino esteja presente entre nós nos iluminando nesse novo mandato para que todos, sem exceção, possamos agir com muita ética, com muita justiça, sabedoria e determinação. Esses são os meus votos a todos os colegas, em especial, àqueles que chegam pela primeira vez a este Parlamento.

Muito obrigado e sucesso a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar todos os meus colegas deputados e deputadas. Àqueles com quem já convivemos, queria dizer que esta parceria de trabalho continua e, aos novos, que sejam todos bem-vindos, que possamos fazer um bom mandato e representar bem a política catarinense.

Eu diria num trocadilho, deputado Ismael dos Santos, v.exa. falou da estrela e de estrada, eu diria que quem não tem verba tem que ter verbo. Um trocadilho para que nós entendamos o que é uma eleição e os desafios da reforma política quando se trata do financiamento para que possamos, inclusive, democratizar mais a política brasileira.

Eu quero me manifestar, no dia de hoje, reafirmando compromissos que já assumi no primeiro mandato e reforçá-los para bem representar a nossa cidade de Chapecó, onde nasci e construí a minha carreira política, fui vereadora duas vezes e, agora, no segundo mandato como deputado estadual. Cidade que a gente vê crescer e vê também crescer os problemas também, os grandes desafios, pois por oito anos consecutivos tem crescido o índice de homicídios e de violência, não diferente de muitas regiões do estado, deputado Ismael dos Santos, que nos preocupam muito.

No ano passado chegamos a mais de 61 homicídios, ficando com o título de cidade mais violenta de Santa Catarina. Isso, para nós, é um grande desafio, pois temos que pensar em políticas de segurança pública, com policiais nas ruas, com inteligência, com investigação, mas com o estado presente e articulando um comando que funcione em todas as esferas.

Mas isso não ocorre apenas em Chapecó. Tivemos recentemente um protesto na cidade de Caibi, onde há apenas um policial, à noite, para cuidar desse município e um grito muito grande da sociedade empresarial, dos trabalhadores, das entidades denunciando essa realidade. Vimos recentemente os municípios de Maravilha, Nova Erechim, Caxambu do Sul, enfim, várias cidades denunciando que não contam com uma equipe mínima para atender a segurança pública.

Também quero me manifestar com relação à situação das mulheres no estado de Santa Catarina, com relação ao crescimento da violência doméstica, com a não implementação, ainda, da Casa Brasileira, que já tem recurso federal disponível, e também com a diminuição da participação das mulheres na política. Nós mesmas, deputadas, até a legislatura anterior éramos cinco, agora, somos quatro, sendo apenas três aqui neste Parlamento.

Tenho dito que o debate sobre a participação das mulheres não é apenas tarefa das mulheres, mas também dos homens, que têm uma sensibilidade com relação à participação de um país onde as mulheres precisam ter rosto.

Mas quero dedicar-me à Educação.

Estamos acompanhando nos jornais do dia de hoje um destaque especial ao Plano de Carreira que do Magistério Catarinense tem discutido desde a greve de 2008, e no dia de ontem, então, o governo do estado apresentou uma proposta como inovadora e com muitos benefícios ao Magistério Catarinense.

Nós não recebemos ainda a proposta e a minha manifestação diz respeito às informações que a imprensa divulgou, e o próprio governo, nas tabelas que estão aí disponíveis publicamente.

Mas eu gostaria de esclarecer aos deputados e pedir empenho uma vez que este projeto ainda não veio a esta Casa e, segundo o secretário de estado da Educação, ele possibilita que façamos deputado Mauro de Nadal, mudanças. Até que venha para cá, acredito, esse é o momento de nós também intervirmos para que o governo, de fato, tenha sensibilidade para alterar esse projeto de lei.

Tenho duas questões para discutir. A primeira delas é que o governo tem dito que está pagando um piso acima da média nacional. Ora, o piso é de R\$ 1.913,00, do Magistério para 40 horas. Portanto, não estamos tratando de um piso de graduação, conforme o governador tem anunciado. Então, a primeira observação é essa. Uma coisa é o piso do Magistério; outra, é o piso de graduação.

A segunda observação refere-se à Lei n. 11.738, de 2008, que trata do piso da carreira. Quer dizer, Santa Catarina tem um Piso, mas não tem carreira, ainda. Eu fico feliz com a manifestação de ontem o governador admitiu, inclusive aqui nesta tribuna, que tivemos achatamento na carreira do Magistério. Isso é positivo, porque até então não havia esse reconhecimento, mas agora há o reconhecimento de fato: a carreira do professor está achatada. Quem está quase se aposentando ou na metade da sua carreira, se compararmos com os professores iniciais, tem uma carreira achatada. E o piso de graduação só é maior porque o governo incorporou a regência de classe.

Então, não houve ganho novo, até mesmo porque o dinheiro assinado para essa reforma é apenas um recurso já existente, o Fundeb. Quer dizer, um professor que ganhava 40% de regência passa a ganhar 25%, e os outros 15% incorpora a remuneração.

Então para quem não domina esses termos e essas informações, pode parecer que o piso de fato aumentou, mas ele está incorporando a regência que já era um ganho anterior. Uma preocupação muito grande que eu tenho é que passamos a ter três categorias numa mesma escola, três quadros, e teremos o quadro de professores efetivos, que têm essa carreira, quatro níveis e dez referências, e segundo o governador e o secretário da Educação, teremos uma segunda categoria, que são os ACTs, que não são poucos neste estado, são 19.600, e temos 22 mil efetivos. E esses professores ACTs não têm, nobre deputados e deputadas, nenhuma segurança de salário, porque o governador está tirando essa categoria do quadro efetivo.

Então, antes a remuneração de um professor contratado iniciava com a mesma remuneração do professor efetivo; agora não, o ACT tem outra remuneração que vai ser definida por um quadro paralelo anualmente.

Ora, estamos falando aqui de 19.600 professores que vão bater em nossas portas e perguntar se concordamos com o professor na escola ganhando uma remuneração; e o outro, que entra na mesma sala de aula, com o mesmo aluno, com o mesmo gestor, ganhando outra remuneração sem nenhuma segurança de critério de aumento.

Ainda temos, senhores, o quadro dos profissionais das licenciaturas curtas e do Magistério, que não estão nesse quadro efetivo, e o quadro, talvez eu possa dizer, dos professores de fora de sala de aula.

Como professora, quero dizer que é muito ruim para a educação que tenhamos, numa mesma escola, deputado Coruja, não mais um grupo que pensa a proposta pedagógica e que tem bases comuns de remuneração, a mesma responsabilidade, no entanto, são quadros diferentes de tratamento de pessoal. Isso é muito ruim para se pensar em uma educação mais humana, coletiva, solidária e também com responsabilidade coletiva.

Além disso, os professores ACTs passam a ser horistas, quer dizer, o professor ganhará, não pelo plano de 10h, 20h, mas pelas horas que vai trabalhar. Então, ele vai fazer um bico aqui, outro ali e vai ganhar por isso. Isto é muito ruim para a educação!

Então, nesta minha fala quero dizer que ainda é muito cedo para afirmar que não vamos aceitar essa proposta, mas quero manifestar a minha preocupação como educadora e dizer que a intenção, às vezes, parece boa, mas lá na escola, na prática, no vencimento do professor, isso não vai construir uma base comum de remuneração igual para todos.

E trabalhamos com o mesmo dilema. Há quatro anos discutimos que o Fundo Social tirava dinheiro da educação, e isso continua acontecendo. Não ocorreram mudanças em quatro anos e a educação perdeu R\$ 2 bilhões do Fundo Social, e vai continuar perdendo.

Então, quero falar do nosso alerta à secretaria da Educação e da gravidade de algumas questões. Também quero solicitar empenho do governo para que o diálogo continue com a secretaria da Educação, e que esse projeto só venha para esta Casa quando tiver, de fato, um consenso mais construído com a categoria do Magistério Catarinense.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos ouve pela TVAL e que nos assiste pela Rádio AleSC Digital. Eu quero começar esta primeira sessão legislativa da 18ª legislatura dizendo da minha alegria em continuar nesta sagrada tribuna, pois entendo que tantos que quiseram chegar até aqui, deputado Natalino Lázare, não conseguiram. Mas pela soma dos nossos votos, das legendas e das coligações chegamos, deputado Gabriel Ribeiro, chegamos até aqui.

Nós temos responsabilidade e a nossa discussão é muito forte. Eu sempre digo que é uma honra participar desta Casa, nobre deputado que preside esta sessão, ex-governador, meu amigo, deputado Leonel Pavan, somos 40 deputados que estamos representando a vontade de milhões de pessoas, porque as nossas ações, deputado Rodrigo Minotto, mudam a vida das pessoas e podem garantir continuidade para outras, deputado

Cleiton Salvaro. Por quê? Cito como exemplo uma lei que esta Casa aprovou, de minha autoria, que garante à gestante de risco, deputada Luciane Carminatti, receber atendimento pago pelo estado em hospital particular, quando não existir UTI neonatal num raio de 200km. Essa é uma lei que esta Casa aprovou, e com a presença de todos os deputados. E isso salva uma vida, deputado Vampiro, e são essas questões que vamos tratar nesta Casa.

Então, quero dar as boas-vindas aos nobres deputados que estão, a partir de hoje, fazendo essa leitura. Eu fico feliz em vê-los. Vejo aqui os deputados Gabriel Ribeiro, Natalino Lázare, Rodrigo Minotto, Ricardo Guidi, que já vem com a bagagem do pai, ou seja, para v.exa. isso aqui não é nada estranho, apenas está vivendo um papel diferente, talvez do outro lado do balcão; também o deputado Gean Loureiro, que conhece e já teve sua experiência em Brasília; e o deputado Cesar Valduga, que completa a República do oeste.

Nós temos aqui duas grandes Repúblicas aqui, e a terceira está surgindo: a República do oeste, a República do sul e a República de Lages. Então, já estão surgindo essas Repúblicas.

Deputado João Amin, com quem já militei no Partido Progressista e tenho muita honra; deputado dr. Vicente, que é meu vizinho em Jaraguá do Sul, que vem a esta Casa com uma experiência grande, que já passou por Brasília; deputado Cleiton Salvaro, que vem do sul dar essa rejuvenescida no Parlamento, juntamente com o deputado Patrício Destro, que é meu colega de Joinville; o nobre deputado que já passou por todos os cargos, Leonel Pavan, que vem para cá com essa experiência; o deputado que passou pela Cohab e que veio para cá devagarzinho; o deputado Mário Marcondes, que chegou aqui também com essa nobre juventude.

Mas queria fazer uma referência especial ao deputado Fernando Coruja e dizer que é um prazer tê-lo aqui. Tenho certeza de que a sua vinda para cá vai dar uma grandeza maior ao nosso trabalho.

Eu, deputado Fernando Coruja, sou um defensor do trabalho da produção legislativa. Tenho costume, mesmo sendo da base, de votar sempre contra os vetos do governo manda para cá quando são produções legislativas. Entendo que se esta Casa fez a análise, na comissão de Constituição e Justiça, e os pares analisaram a constitucionalidade, não é um técnico de outro Poder que irá limitar a nossa ação.

Então, este é um conceito meu, já levei várias puxadas de orelha, mas não adianta, conceito a gente não muda. Eu gosto quando v.exa. fala sobre essa valorização sempre aqui, porque daqui a pouco só estaremos aqui como cartório de homologação do Executivo para dizer: sim senhor, não senhor.

Esta Casa precisa ter essa independência. Nós, que estamos aqui, muito mais agora, com essa renovação grande, precisamos estar fazendo desta Casa a grande produção legislativa, dando segurança às pessoas através da lei.

Assim sendo, quero dar boas-vindas a todos vocês e dizer que será um prazer trabalharmos juntos durante esses anos que estivermos aqui.

Também gostaria de saudar os nobres deputados que já fazem parte da Casa, o meu amigo deputado Padre Pedro Baldissera, que continua com o cargo na Mesa, e tivemos uma boa estada na Mesa nos últimos dois anos; o deputado Maurício Eskudlark, do nosso

partido, que também continua aqui; o deputado Neodi Saretta e a deputada Luciane Carminatti, que também continuam aqui; ao nosso decano, deputado e pastor Narcizo Parisotto e o deputado Manoel Mota, que retornou. Aliás, o deputado Manoel Mota é um negócio impressionante. Ele é campeão, sr. presidente, porque na nossa última sessão estava acertado que somente os que iriam sair falariam e ele se inscreveu. Ele chegou e disse que queria avisar que estava voltando. E ontem voltou a falar como deputado que retorna. Então, o nobre deputado Manoel Mota, que está em seu sétimo mandato, é uma grande figura. Seja bem-vindo, deputado, nesse retorno a esta Casa.

Srs. deputados, eu gostaria de falar apenas sobre flores, mas, infelizmente, não dá.

Quero deixar aqui registrada a grande revolta e a insatisfação que a minha cidade, Joinville, está tendo, neste momento, depois de uma declaração do novo chefe da Polícia Civil do governo do estado. Quando ele foi a Joinville, em uma das entrevistas concedidas, disse que diminuiria o número de delegacias lá na justificando que teríamos uma equipe mais completa para as investigações dos casos.

Quero deixar aqui registrado - e já enviei um documento - na ata desta primeira sessão, na abertura dos trabalhos legislativos, da nossa não concordância. E falo aqui em nome das entidades de Joinville, do Conselho Municipal de Segurança, pois foi formado naquela cidade um conselho temático que hoje reúne todos os setores da segurança de Joinville comandado pela secretaria de Desenvolvimento Regional.

Nós não aceitaremos, delegado, que seja fechada uma porta em Joinville! Tenta para ver o que vai dar! Tenta! Nós queremos mais policiais. Nós queremos mais condições lá para a nossa segurança, e vocês vão ver este parlamentar várias vezes nesta tribuna defendendo esta questão. Por quê? Porque tivemos no mês de janeiro, deputado Rodrigo Minotto, em Joinville, 17 homicídios, e talvez se o ex-presidente Lula estivesse aqui ele diria: "Nunca antes na história deste país." Mas posso dizer na história de Joinville tivemos tantos homicídios como tivemos neste mês de janeiro. Aí tem gente que diz: Ah, é por causa da droga, a solução lá é matar o traficante. Não importa, são pessoas. Eu quero saber qual é o resultado dessas investigações. Ontem mesmo, no bairro Costa e Silva, que é a região norte para quem não conhece Joinville, lá para o lado da Embraco, há 20 dias, houve um assalto a um policial e os assaltantes, deputado Gean Loureiro, utilizavam nada mais nada menos que um fuzil R15. É um armamento pesado! E ontem houve mais um assalto no comércio, na Rua Otto Pfuetzenreuter, com armamentos pesados.

Como é que a comunidade vai viver? Aí estamos vivendo este momento de insegurança e vem um delegado-geral ter a coragem de dizer em Joinville que vai fechar a delegacia!

Então, apenas para avisar ao delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina: enquanto o senhor não voltar atrás ao que o senhor disse lá, não apareça em Joinville, porque estaremos reivindicando mais policiais e o não fechamento de delegacias. Isso me fez lembrar uma passagem. Um camarada disse: "Estou gastando muito." E perguntou como é que se faz para não gastar muito. O outro disse: "Pare de respirar!" Pare de comer e daí não gaste com comida! Como é que um delegado-geral, chefe de polícia, chega na maior cidade do estado de Santa Catarina,

que está vivendo um momento de insegurança, e diz que vai fechar a delegacia? Não, não, não.

Então, quero deixar claro que nós da cidade, as entidades, a população, não aceitará essa atitude da secretaria de Estado da Segurança Pública.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Dando continuidade, também em permuta, já que o deputado Serafim Venzon não se encontra, com a palavra o deputado Maurício Eskudlark.

Antes, porém, queria dizer, deputado Kennedy Nunes, que são inúmeras as situações que acontecem em nosso estado, a exemplo da falta de infraestrutura, de rodovias. E hoje acabamos de perder mais pessoa amiga do norte de Santa Catarina, o pai de Edmilson Verka, que foi secretário de estado, candidato a deputado estadual, o sr. Valdemiro Antônio Verka, aos 74 anos, que perdeu a vida, hoje, infelizmente, em um acidente numa rodovia.

Quero deixar o registro desse lamentável ocorrido.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, sr. presidente! É uma honra tê-lo entre nós, v.exa. que também já foi governador do estado e hoje preside esta sessão.

Gostaria de saudar todos os colegas e todas as colegas, principalmente os novos. Ontem revivi a emoção, porque já fui suplente, e tive a oportunidade de ver um colega de partido assumir como suplente. Na eleição passada assumi como primeiro suplente; em 2002, fiquei como segundo suplente do partido; e em 2010, como primeiro suplente. E nessa data, neste ano, no dia 1º de fevereiro, tive a honra de assumir uma cadeira como deputado titular nesta Casa.

Gostaria de dizer que aqui aprendemos muito, amadurecemos, tratamos do diálogo, da conversação e de buscar um melhor encaminhamento para as questões do nosso estado de Santa Catarina.

Eu me programei, me inscrevi, deputado Kennedy Nunes, para agradecer todas as pessoas, os companheiros, a equipe que nos ajudou nesta caminhada e dizer do compromisso de estar aqui.

Queria falar um pouco sobre a preocupação com as obras federais que temos no estado. Algumas obras, como a BR-163, que paralisou em dezembro e todo mundo entendeu como férias coletivas. Só que também paralisou em janeiro e, agora, vai começar depois do Carnaval. Com essa desordem que está o governo federal já ficamos preocupados se depois do Carnaval as obras federais vão continuar ou não. Nós temos importantes rodovias, algumas já alteradas, quer dizer, estão pior do que estavam, e temos que ter esta preocupação.

Então, além disso, queria falar também do trabalho que fazemos em todo o estado de Santa Catarina, deputado Kennedy Nunes. Sou nascido em Canoinhas, fiz a minha carreira política em São Miguel d'Oeste onde fui vereador e tenho residência. Em Balneário Camboriú também tenho a minha residência quando estamos aqui no litoral, e participamos, o meu filho participa, do diretório do partido, onde temos a nossa vida, a nossa convivência.

E de Balneário Camboriú gostaria de falar sobre o Hospital Santa Inês e o Hospital Ruth Cardoso. O Santa Inês já fecharam, não deram apoio. Mas no Hospital Ruth Cardoso, uma mulher esperando o primeiro filho - casal

residente no centro de Balneário Camboriú -, rompeu a bolsa e foi para o Hospital Rute Cardoso. Essa jovem mãe, e está aqui o depoimento dela, referiu-se àquela “m” de hospital. Uma mãe quando vai dar à luz tem que ter só alegria e tranquilidade, mas havia, deputado Kennedy Nunes, apenas quatro pessoas atendendo naquele hospital. Sobre outra jovem que ia dar a luz, a enfermeira disse que precisava de cesariana porque ela corria um grande risco, mas isso apenas não era feito porque não havia médicos. E o atendimento que deram a essa mãe que fez esse relato foi inadmissível. Ela contraiu uma infecção e teve que ser levada para a maternidade Santa Luiza, onde os médicos conseguiram prestar atendimento, mas ela quase perdeu a vida. Eu fui lá, esta semana, e vi a situação daquela família, que deveria estar feliz com o filho, com a criança recém-nascida, está vivendo um drama.

Aquela administração, que é municipal, é incompetente em tudo. Construíram uma passarela, que nós, no nosso tempo do oeste, chamaríamos de pinguela, porque não atende às necessidades dos moradores da Barra e não atende às necessidades do município. Poderiam ter feito ali um elevado, algo que atendesse a Barra e o município como um todo, mas fizeram uma pinguela e está lá a investigação do Gaeco. Não conseguimos manter a maternidade do Hospital Ruth Cardoso e querem pegar o Centro de Eventos para fazer.

É o fim da picada! Não conseguem administrar o município e querem pegar o Centro de Eventos, que o governo do estado só não iniciou pelas exigências da Caixa Econômica Federal, que tem recursos federais e é compromisso do governador Raimundo Colombo fazer o Centro de Eventos.

Mas isso me preocupa muito. Acho que a secretaria da Saúde, o Ministério Público, a comissão de Saúde desta Casa terá que olhar para esta questão. Entendo que aquela maternidade, do jeito que está, é melhor fechar. As pessoas terão que procurar outros municípios, mas as mães não correrão risco de vida como aconteceu na maternidade Ruth Cardoso, em Balneário Camboriú, onde há apenas quatro pessoas apenas atendendo durante a madrugada. É uma irresponsabilidade.

No caso dessa mãe que faz o relato, a família ainda teve condições de socorrer, mas para as mães humildes, em que aquela maternidade é o último porto seguro, como é que fica? Precisamos acompanhar essa situação. Então, trouxe essa preocupação.

Também ouvi a deputada Luciane Carminatti falar do plano de salários, porque o governo federal dá o aumento, mas quem paga são os estados. O governo do estado está tentando consertar um problema que o governo federal criou na questão do piso salarial dos professores. E o presidente do Sindicato dos Professores Luiz Vieira demonstrou um entusiasmo com a proposta do governo, mas o PT, aqui, diz que não está bom. O próprio presidente do sindicato diz que está bom, mas quem tem que fazer política diz que não está. Então, precisamos ver o que está acontecendo.

Há um esforço do governo estadual. O plano de carreiras cria a promoção automática, que é um pedido, uma vontade de todas as categorias. Pode ser que o plano não seja perfeito, mas é bom. Vamos ajudar a corrigir, ver os detalhes e melhorar. No Rio Grande do Sul quando era o governo do PT não pagavam, agora com o PMDB vamos ver se pagam. Vamos ver se as coisas mudam. O discurso é muito bonito.

Quero dizer ao deputado Kennedy Nunes que ter dez delegacias em Joinville não resolve, se houver apenas dois, três policiais em cada uma. Nós precisamos é de respostas. Aqui, em Florianópolis, cada distrito investigava um homicídio. Na época em que fui chefe da Polícia havia dez delegacias investigando homicídios, porque um ocorrera no norte, outro no sul e tal. Mas os homicídios estavam interligados. Por isso criamos a delegacia de homicídios com apenas um ou dois delegados e uma equipe, e hoje há uma média de 80% de solução de homicídios enquanto a média nacional é de menos de 10%.

Então, entendo que todo mundo queira uma delegacia perto de casa, mas não é a delegacia que dá a segurança, é o ser humano. É melhor ter uma equipe numa viatura, podendo se deslocar do que ter dois policiais cuidando da delegacia e não dando segurança.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Somente para informar ao nobre deputado que o repasse do governo federal em relação ao PIB para educação passou nos últimos anos de 4,6% para quase 7%, portanto, hoje, os estados e os municípios recebem muito mais recurso para a educação.

Em segundo lugar, progressão funcional o Magistério Catarinense já tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Eu convido o deputado Padre Pedro Baldissera para que ocupe a Presidência para que eu possa usar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Quero saudar o presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, em seu nome saudar todos os nobres deputados e deputadas, companheiros, para fazer um trabalho por todo o estado. Quero saudar àqueles que nos visitam como o jovem Vitor Hugo, do Balneário Camboriú, que veio nos prestigiar neste momento; e os funcionários desta Casa.

Quero dizer que para mim é uma honra utilizar esta Tribuna pela primeira vez como deputado estadual. Tribuna esta que já foi a tribuna de muitos catarinenses importantes, de tantos homens e mulheres que ajudaram a construir a história deste Parlamentar, e que ocupei quando eleito vice-governador do estado. Esta foi a tribuna que ocupei para prestar meu juramento de posse e fazer meu primeiro discurso como governador do estado de Santa Catarina. Esta é a tribuna do povo do estado, onde os deputados realizam as suas manifestações e mostram o seu trabalho, e desta tribuna, durante todos estes quatro anos, iremos nos pronunciar, debater, expor as nossas ideias e fazer com que, principalmente, possamos sensibilizar o governo do estado e, quiçá, levar algumas mensagens ao governo federal para que sejam realizadas obras em benefício da sociedade catarinense.

Quero agradecer todos os deputados estaduais que confiaram o seu voto para que eu pudesse assumir a segunda vice-presidência desta Casa. É uma honra muito grande usar este cargo no meu primeiro mandato de deputado. E estou aqui com toda certeza entre pessoas, não apenas que representam os

milhares de catarinenses, mas pessoas preparadas, pessoas imbuídas, deputados, com o propósito de lutar pelos seus municípios, pelas suas regiões, pelo nosso estado, independentemente de cor partidária. Quero me colocar à disposição de todos partidos, de todos os deputados e deputadas, para que possamos, nas possíveis divergências, nas discussões e trocas de ideias, fazer dos nossos pensamentos, do nosso trabalho, o melhor para Santa Catarina, e que no final dos quatro anos, possamos nos orgulhar deste Parlamento.

Ontem ouvi o deputado Carlos Fernando Coruja dizendo que este deverá ser o melhor de todos os anos. E eu quero ajudar, realmente, a fazer desta legislatura a melhor. Com respeito a todas as demais, mas temos a obrigação de fazer cada vez mais e melhor.

Eu quando cheguei aqui muitos diziam o seguinte: “Pavan, a sua experiência vai contribuir, vai ajudar.” Mas, não é a minha experiência que vai ajudar, porque os novatos que vem com todo o gás, com todo a ânimo, que estavam na expectativa, poderão fazer muito mais pelo seu vigor, principalmente pela sua vontade de mostrar e fazer aquilo que não tiveram a oportunidade de fazer fora desta Casa.

E quando cheguei aqui, repito, perguntaram-me: ‘Para você é moleza?’. Não. Existe essa questão, porque é igual a um jogador de futebol que fica quatro anos fora do campo e quando volta, volta totalmente desarmado, despreparado, precisa ter condições físicas, precisa se readaptar, precisa entrar no jogo. E eu estou aqui reiniciando a vida pública depois de quatro anos. Eu estou aqui com a mesma vontade e posso dizer a vocês que depois de tantos e tantos anos de Parlamento como vereador, deputado federal e senador, quando me inscrevi para falar, senti uma dorzinha na barriga. É normal porque não estou falando apenas para os nobres parceiros, companheiros deputados, estou falando para Santa Catarina, para um dos estados mais politizados deste Brasil e sei que todos estarão atentos, estarão acompanhando, olhando e vão julgar o trabalho de cada parlamentar.

Eu estou aqui dizendo que praticamente reinício essa atividade e quero poder contribuir e ajudar. Quero ajudar o governo do estado quando for preciso, mas cobrar com veemência, fiscalizar o tempo todo aquilo que, certamente, deixarão de fazer. Tomara que não deixem, porque aqui estaremos. Se os projetos que forem encaminhados aqui para esta Casa merecerem aplausos eu certamente irei aplaudi-los, irei fazer os elogios.

O meu partido perdeu as eleições e, certamente, deveria caminhar pela Oposição, mas não vamos fazer Oposição burra, Oposição por Oposição apenas porque perdemos as eleições, nós temos que fazer Oposição àquilo com que não concordamos, mas se houver algo em benefício do povo, deveremos aqui acompanhar.

Eu quero aqui agradecer ao meu partido, o PSDB, aos meus eleitores, às pessoas que me ajudaram, especialmente onde tive a maior votação, que é a minha cidade, Balneário Camboriú. Cidade esta que tem como vocação o turismo, a sua maior indústria é o turismo. E eu tenho certamente algumas bandeiras e uma delas será o turismo.

E aqui pegando o gancho do deputado Maurício Eskudlark, que falou do Centro de Eventos, quero dizer que estaremos, nos próximos dias, não cobrando do governador, mas pedindo ao governador que cumpra o que disse nesta tribuna, ontem, aqui, que vai

fazer todos os esforços para que o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, aliás, o Centro de Eventos do estado, localizado em Balneário Camboriú, tenha a sua obra iniciada, pois quando fui governador do estado, deputado Mário Marcondes, licitei, fiz o projeto e apresentei a Balneário Camboriú, mas tiveram algumas mudanças depois que atrasaram o início da obra, inclusive eu iniciei a demolição de parte dos equipamentos, pois queríamos iniciar a obra em dezembro, porém, por entendimento do Tribunal de Contas, a obra não teve início, e, infelizmente, mudaram o projeto algumas vezes. Passaram-se quatro anos e esse Centro de Eventos ainda não teve a obra iniciada.

Busco aqui a palavra do governador no dia de ontem, que vai inaugurar o Centro de Eventos de Florianópolis, que teve R\$ 5 milhões da emenda minha quando fui senador da República e R\$ 5 milhões de uma emenda para o Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Nós esperamos que, realmente, essa indústria sem chaminés que movimenta a economia do Brasil, especialmente Santa Catarina, passa ter respeito por todos aqueles que são envolvidos no setor, que fique o secretário de Turismo, Cultura e Esporte atento porque desta Tribuna nós não vamos poupar, não vamos nos calar se aquilo que foi assumido, aquilo que foi escrito, aquilo que foi divulgado, não for realmente executado.

Santa Catarina é um estado promissor que precisa ter investimento na agricultura, na infraestrutura, na educação, investimento na saúde, na segurança, pois aqui quero aproveitar para dizer que há um quartel em Camboriú, já construído há mais de um ano, faltando apenas a pintura e que até hoje o governo do estado, a equipe do governo da segurança sequer foram lá terminar a obra para que fosse lá colocado os seus policiais. E o município já gastou mais de R\$ 50 mil apenas em aluguel nesses poucos meses. E, infelizmente, a obra está paralisada.

Deixo aqui este registro que daqui para frente o debate será importante. Vamos trocar ideias, interagir para fazermos uma Santa Catarina bem melhor para todos. Conte conosco, um abraço!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Não há mais oradores inscritos em Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos, hoje, terça-feira, o primeiro horário pertence ao PMDB.

Consulto a bancada quem fará uso da palavra.

Com a palavra o deputado Gean Loureiro, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, é com muita honra que ocupo pela primeira vez a tribuna da Assembleia Legislativa na condição de deputado estadual que assumi, com muito orgulho, nesta Casa Legislativa.

Nesta oportunidade, tenho a honra de, no horário dos Partidos Políticos, manifestar-me em nome do meu partido PMDB e também em nome do bloco formado pelo PR, dos deputados Natalino Lázare e Mário Marcondes; do PSB, dos deputados Cleiton Salvaro e Patrício Destro; do PPS, do deputado Ricardo Guidi, e disponibilizar também o tempo das suas bancadas para que eu possa falar um pouco do trabalho que estamos realizando em conjunto.

Nesta oportunidade, venho à tribuna trazer as diretrizes do que pretendemos realizar no nosso mandato parlamentar como deputado estadual.

Antes de tudo, sr. presidente, quero cumprimentar toda a Mesa Diretora pela eleição que ocorreu no dia 1º de fevereiro, que demonstra maturidade da Casa Legislativa em discutir com todos os parlamentares formando uma mesa eclética com a atuação de praticamente todos os blocos ou todos os partidos políticos desta Casa.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer pela forma como nós, deputados estaduais, que estamos assumindo pela primeira vez um mandato no Parlamento estadual, fomos recebidos.

Agradeço aos servidores da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, que nos surpreendem, deputado Gabriel Ribeiro, pela qualificação, pela forma de atendimento, pela estrutura que foi formada, não para o deputado, mas para dar condição ao representante do povo catarinense atuar com a estrutura necessária para discutir, debater os temas e chegar às melhores conclusões diante da representação da sociedade.

Quero agradecer aos deputados estaduais que nos receberam e que tem muitos mandatos em nome do deputado Narcizo Parisotto, que presidiu os trabalhos na abertura da legislatura pela sua experiência do trabalho que realiza nesta Casa, de orientar, de bem receber, mesmo contando com a experiência de um deputado como Leonel Pavan, que preside neste momento a sessão, que já foi governador, senador, deputado federal e empresta o seu nome, como muitos, para que esta Casa Legislativa possa debater e fazer com que o Parlamento Estadual seja cada vez mais bem representado.

Quero agradecer ao meu partido, o PMDB, que não me faltou em nenhum momento, de maneira especial, ao PMDB de Florianópolis, do qual faço parte; ao nosso diretório, que presido, neste momento licenciado; a nossa bancada estadual, que permitiu um bom relacionamento dos deputados eleitos que assumiram no dia de ontem e que formam a maior bancada, com 11 deputados estaduais nesta Casa Legislativa.

O PMDB tem na direção estadual, atualmente, o deputado Valdir Cobalchini, já que o nosso vice-governador está licenciado do cargo. O PMDB, pelo qual tenho lealdade e compromisso, abraça-me e apoia-me. Agradeço ao deputado Antônio Aguiar, que lidera a nossa bancada e que hoje pela manhã me fez o convite para assumir a vice-liderança da bancada do PMDB, cargo que me orgulha e que traz responsabilidade diante da experiência de todos e da vontade de trabalhar.

Eu chego nesta Casa Legislativa, sr. presidente, com uma vida política que iniciou muito cedo. Comecei na política estudantil, no grêmio, no Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, deputado Neodi Saretta, e lá se iniciou a possibilidade de se concorrer a uma eleição, quando eu recém tinha iniciado a possibilidade de votar, e me elegi vereador em Florianópolis com 19 anos de idade. Aprendi muito naquela Casa Legislativa, onde fui reeleito por cinco mandatos, sempre com votações crescentes, sendo o mais votado no último pleito que disputei. Também tive a oportunidade de presidir a Câmara Municipal, uma grande escola legislativa para qualquer político, porque é lá geralmente que se começa o trabalho. E ainda tive a oportunidade de assumir, no ano de 2011, o mandato de deputado federal, que talvez seja o grande momento da vida de qualquer político, por estar entre as grandes lideranças nacionais, compreendendo o

funcionamento do Congresso Nacional e o que pode lá ser realizado.

Também tenho que agradecer a experiência que tive nos cargos executivos que ocupei, seja como secretário municipal ou na condição de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, a convite do meu partido, no governo de Raimundo Colombo no ano de 2013 e parte de 2014.

E o que nos leva a buscar o mandato de deputado estadual? O que nos leva a representar verdadeiramente a sociedade? Obviamente que estamos aqui para discutir problemas de todo o estado de Santa Catarina, mas esta Casa mesmo não tendo o voto distrital, praticamente se representa por segmentos e regiões. E o deputado Mário Marcondes, que é da região da Grande Florianópolis, sabe do que estou falando. É obvio que isso, diante da maior votação da história que um candidato a deputado estadual já obteve Grande Florianópolis, como eu tive, também no município de São José, me traz a responsabilidade em conjunto com outros deputados, deputado Rodrigo Minotto, de trazer a esta Casa o debate de temas importantes para a região de Florianópolis.

E muitos do estado acham que na capital de Florianópolis tem tudo. Provavelmente é a região que mais tem, por exemplo, hospital, deputado Serafim Venzon, mas muitas vezes a população não consegue ser atendida porque temos hospitais de referência que recebem os pacientes do estado todo de Santa Catarina. E nós temos que ter a grandeza do entendimento, de pensar em saúde pública no estado. Por exemplo, temos que nos dedicar para que a cidade de Concórdia tenha melhor estrutura para que a sua população não precise se dirigir a Florianópolis para ser atendida, deputado Neodi Saretta.

E na educação, muitas vezes, temos as nossas universidades, que agora, de certa forma, começam a ter uma estrutura maior nos demais municípios catarinenses, e temos que receber essa grande demanda de estudantes que migram para a nossa capital, pois muitos por aqui ficam e têm que buscarem oportunidades de trabalho, de renda, de formação e estrutura para todos.

E vamos também falar de turismo. Como bem falou o deputado Leonel Pavan, obviamente, não temos como deixar de lado essa discussão pela importância para o nosso estado, de maneira especial, para a Grande Florianópolis, para a região de Balneário Camboriú, onde os recursos são injetados em função do turismo e que desenvolve todo o nosso estado. Por isso, temos que ter um turismo que não viva apenas da alta temporada, temos que ter condições de receber o turista com melhor poder aquisitivo, para deixar os seus recursos gerar mais emprego, mais renda e permitir que a cidade possa se desenvolver e não ter investimentos na infraestrutura apenas num período do ano, deixando de lado todos os investimentos nos demais meses que muitas vezes não se tem demanda turística.

Mais do que isso, vamos ter a representação que vai travar aqui o debate em conjunto com as prefeituras. Mesmo o nosso partido, o PMDB, sendo uma oposição partidária, a grande parte das prefeituras, na Grande Florianópolis, fará uma atividade construtiva no sentido de querer o melhor para Florianópolis, para São José, para Palhoça, para Biguaçu, enfim, para todos os municípios da Grande Florianópolis.

Nós vamos buscar aqui, sim, de forma construtiva, em conjunto, sempre que for

apresentado um problema, uma solução, uma alternativa para que isso possa ser resolvido. E diante da vivência que tive no governo do estado, na área ambiental, pude observar, de maneira mais próxima, o problema que existe nos processos administrativos do estado de Santa Catarina.

A burocracia implementada, algumas vezes necessária, é em grande parte exagerada, pois muitas vezes a estrutura burocrática do governo do engessa as suas próprias ações.

Deputado Ricardo Guidi, v.exa. imagina se o estado tem dificuldade de tramitar um processo na estrutura governamental, quicá um empreendedor, quicá um cidadão, quicá um empresário que quer fazer um investimento, mas que muitas vezes não consegue porque precisa de dezenas de licenças, de autorizações, de ofícios, que muitas vezes fica sem um controle dessa estrutura burocrática parado por meses. Alguns desistem, empregos não são gerados e o estado para de crescer.

Eu, que trabalhei na área ambiental, tenho um lema muito claro e vou dedicar, deputado Rodrigo Minotto, grande parte do meu mandato, a buscar mais agilidade e eficiência nos processos administrativos da gestão pública. Para quê? Primeiramente, para que o estado possa crescer cada vez mais rápido e melhor. Em segundo lugar, pelo respeito ao contribuinte, ao cidadão, que muitas vezes é humilhado na sua dedicação de poder buscar aquilo que lhe é de direito. Ele só quer que seja tramitado! Pode até negar. Então, ele busca alternativa na Justiça ou num recurso que possa ser apresentado.

Eu vivenciei isso nos processos de licença ambiental, deputado Luiz Fernando Vampiro. Mas não pretendemos, em nenhum momento, contrariar a legislação, pois é nossa obrigação defendê-la. Em nenhum momento, queremos tratamento diferenciado, simplesmente queremos ter uma deliberação que pode ser negativa ou pode ser positiva.

Neste sentido, venho a esta Casa legislativa informar que cada vez mais vou dedicar os meus dias para defender os interesses de Santa Catarina, de maneira especial da Grande Florianópolis, para construir uma relação de amizade com os deputados e deputadas, mesmo divergindo em alguns momentos, e para poder defender o governo. Não estou aqui para defender o partido que está no governo, mas para defender o governo, defender o Estado com letra maiúscula, defender as pessoas, defender a eficiência, buscar uma gestão cada vez mais profissional, buscando o interesse social.

Assim sendo, quero registrar o agradecimento ao meu partido e aproveitar a oportunidade, sr. presidente, para informar e registrar também a esta Casa legislativa, com muito prazer, toda a convivência que temos com os deputados. Mas hoje nós não somos um bloco parlamentar, somos deputados que estamos chegando agora, numa primeira oportunidade nesta Casa legislativa, através da bancada do PR aqui presente; do deputado Mário Marcondes; do deputado Natalino Lázare; do deputado Rodrigo Minotto, do PDT; do deputado Ricardo Guidi, do PPS; dos deputados Patrício Destro e Cleiton Salvaro, do PSB; do deputado Cesar Valduga, do PCdoB, para debatermos nesses encontros que realizamos, muitas vezes informais, afinidades e de que maneira os deputados podem atuar em conjunto para facilitar o nosso aprendizado, a fim de buscarmos mais conquistas dentro do objetivo do mandato de cada um, para que cada vez mais possamos trabalhar de maneira

unida a favor de Santa Catarina, buscando um governo mais justo e cada vez mais perfeito para a nossa sociedade.

Nós estamos tendo a oportunidade recentemente de conversar também com o deputado Narcizo Parisotto, que faz parte do bloco dos partidos minoritários, que se juntam a nós nessa discussão. O que queremos, na verdade, é um grande bloco, o bloco dos 40 deputados, que possam conviver, que possam cada vez estar mais próximos e, nesse sentido, agradeço ao bloco do PPS, do PSB e do PR, que cedeu também o tempo para que eu pudesse fazer este registro.

Nós não queremos ser mais do que ninguém, queremos simplesmente deixar claro que de maneira unida somos mais fortes, podemos ter mais conquistas e podemos ajudar este Parlamento para ser cada vez mais democrático.

Quero, ainda, agradecer aos meus 58.239 eleitores que acreditaram que eu poderia representá-los com legitimidade.

A minha responsabilidade é cada vez maior como é de cada parlamentar, e estamos aqui para ter uma postura ética correta, uma postura de integração que não vê apenas partidos políticos, mas objetivos em conjunto de toda a sociedade, essa é a verdadeira vontade do povo catarinense que, dentro da autonomia de cada Poder, todos possam conviver de maneira harmônica, respeitando a nossa vontade, a nossa maneira de trabalhar e permitindo que cada vez mais busquemos um mandato com legitimidade que o povo espera.

Por isso, que Deus abençoe a todos e que possamos traçar o caminho mais correto e alcançar grandes conquistas para Santa Catarina neste mandato que, tenho certeza, vai orgulhar todos os catarinenses pela atuação de todos os deputados estaduais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP, deputado João Amin, representante do Bloco Social Progressista.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, deputado Leonel Pavan, deputados Padre Pedro Baldissera e Mario Marcondes, deputados que compõem a Mesa, deputados Luiz Fernando Vampiro, Fernando Coruja, Ricardo Guidi, Rodrigo Minotto, Cleiton Salvaro, Serafim Venzon, Narcizo Parisotto, Neodi Saretta, Darci de Matos, Gabriel Ribeiro, Natalino Lázare, todos os deputados e deputadas que não se encontram na sessão, meus amigos, meus eleitores, pessoas que caminharam comigo e que se encontram aqui na Assembleia Legislativa, queria registrar a presença do Antônio, que caminhou muito comigo, do Rodrigo Viegas, meus colaboradores, os meus amigos aqui representados por três pessoas muito especiais o Ícaro Ronchi, o Cícero Ronchi e a Elisa Kubelka Fernandes, que me prestigiam aqui neste momento na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Queria fazer uma saudação muito especial ao prefeito Jean Michel Grundmann, de Benedito Novo - deputado Gean Loureiro, calma, não se assanhe, e o pior é que o nome do vice dele é Dário -, e de uma maneira muito especial quero agradecer a recepção dos funcionários e aos colaboradores da Assembleia Legislativa.

Agradeço ao meu pai Espiridião Amin, à minha mãe, Ângela Amin, às minhas irmãs Joana e Maria, e ao seu namorado e marido respectivamente, Rafael e Jair. Cumprimento,

ainda, o meu amigo José Milton Scheffer, companheiro de partido, e Gean Loureiro, deputado estadual.

Gostaria de cumprimentar, de uma maneira muito especial, os meus familiares, meus amigos, aqui representados por essas companhias que hoje tenho aqui na Assembleia Legislativa, e dizer que é motivo de muita alegria chegar aqui.

Eu que já tive a oportunidade de ser vereador de Florianópolis, e me esforcei muito para exercer tal função com maturidade e responsabilidade, fiscalizando e propondo as melhorias para a cidade de Florianópolis.

Depois disso, tive a oportunidade, mais uma vez, que a cidade de Florianópolis me deu, de ser vice-prefeito nessa cidade tão maravilhosa, onde nasci. E, agora, nesse momento em que a cidade não possui mais um vice-prefeito, ela conta com um deputado estadual que vai poder contribuir muito mais aqui na Assembleia Legislativa, trabalhando, não apenas por Florianópolis, mas pelo estado de Santa Catarina.

Queria, Gean Loureiro, em nome de todos os mais de 200 municípios que me deram a oportunidade de estar aqui, já que obtive votos em mais de 200 municípios, fazer uma menção muito especial ao seu vizinho, ao prefeito Laércio, de Timbó, e em nome dele, saudar os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e as pessoas que abriram suas portas para que eu pudesse conversar, tomar um café, pedir um voto e a chance, a oportunidade, de estar aqui hoje.

Por isso, queria, de coração, pedir a todas as pessoas que vão me ajudar que não me ajudaram na eleição, mas que vão poder contribuir para o meu mandato, para pensarmos Santa Catarina de uma maneira cada vez melhor. É um lugar maravilhoso, onde tive a oportunidade de nascer, e que eu possa contribuir com Santa Catarina como me esforcei para contribuir com Florianópolis.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos cinco minutos estão destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PCdoB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Darci de Matos, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, deputado Leonel Pavan, ex-governador, que preside a sessão neste momento.

É honra de cumprir mais essa legislatura ao lado de v.exa. e de tantos outros deputados experientes, como o deputado Fernando Coruja, que se juntam a nós nessa missão de trabalharmos para melhorar a qualidade de vida da nossa comunidade.

Por outro lado, sr. presidente, saúdo os demais deputados, também, o deputado Gean Loureiro, fazendo menção a vocês, aos jovens, à gurizada, que chegam no Parlamento Catarinense trazendo os sonhos das suas regiões, das suas cidades, das suas lideranças, os pleitos, os projetos que, com certeza, haveremos de ajudar a realizar esses sonhos, associando a experiência à juventude e à motivação de vocês que estão aqui na Assembleia Legislativa. Também saúdo os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Eu quero, sr. presidente, no espaço do PSD, deputados José Milton Scheffer e Gabriel Ribeiro, fazer menção à presença do governador João Raimundo Colombo, nesta Casa, no dia de ontem, fazendo referência à mensagem do governador ao Parlamento Catarinense. Ele, como sempre, com desenvoltura, com inteligência, com sensibilidade, com ousadia, explicitou aqui algumas das muitas realizações do seu governo, do nosso governo de Santa Catarina.

Todos nós sabemos, porque a imprensa tem publicado diariamente que Santa Catarina, além de estar com as contas em dia, de estar com o caixa saneado - através da gestão do governador Raimundo Colombo, também do ex-governador Luiz Henrique da Silveira, bem como por um período do ex-governador Leonel Pavan -, tem os melhores índices sociais, econômicos e de qualidade de vida dos estados brasileiros. Essa é uma verdade que precisa ser dita porque essa realidade nos orgulha muito.

O governador Raimundo Colombo, com a sua competente equipe e a contribuição do Parlamento catarinense, tem feito grandes obras. Trata-se de um governo transparente, honesto, que prioriza nas suas ações atender os pleitos, as reivindicações das comunidades mais carentes. A transparência, a honestidade é a primeira contribuição. Um governo sem corrupção. Mais adiante podemos citar obras físicas, como a recuperação das rodovias e a implantação de novas rodovias.

O governo de Raimundo Colombo transformou Santa Catarina num grande canteiro de obras, em parceria, sim, para fazer justiça, com o governo federal. O governador tem dado atenção à saúde, tem colocado em prática o que disse, que a saúde se constitui na prioridade das prioridades. O governador realizou com sucesso o mutirão das cirurgias. Ele está construindo hospitais. Ele tem repassado recursos para os hospitais, tem sido sensível aos pleitos dos hospitais filantrópicos. E estamos trabalhando com o deputado José Milton Scheffer para retirar a cobrança do ICMS dos hospitais filantrópicos e, mais do que isso, estamos fechando uma renegociação das dívidas homéricas de 13 hospitais filantrópicos deste estado.

O governador Raimundo Colombo criou dois grandes programas que prestigiam e valorizam efetivamente os nossos municípios. Criou o programa Juro Zero para as prefeituras, através do Badesc, com a carência de um ano, sem contrapartida para a aquisição de equipamentos, pavimentação e obras de infraestrutura no geral. Esse é um grande programa, e praticamente todas as prefeituras têm tido acesso com facilidade à recursos através do banco do estado de Santa Catarina. Outro programa importante é o Fundam. O governador emprestou do governo federal, do BNDS, R\$ 500 milhões e está repassando recursos para os municípios, para investimentos na saúde, educação, segurança pública, infraestrutura.

Enfim, esse fundo criado pelo governador efetivamente tem-se caracterizado como a salvação dos nossos municípios que estão, praticamente, falidos, deputado Natalino Lázare, porque absurdamente, vergonhosamente, 70% daquilo que nós pagamos impostos, e que nós arrecadamos não ficam nos municípios que é onde a vida acontece, vai para Brasília e muitas vezes nós sabemos qual é o destino desse dinheiro. O governador repassa a fundo perdido recursos para, praticamente, todos os municípios de Santa

Catarina. Esse é um programa inédito e que nós, presidente Leonel Pavan, precisamos sensibilizar o governador para que possamos reeditar o Fundam no estado de Santa Catarina.

Quero, já concluindo as minhas palavras, sr. presidente, também dizer que o nosso governador está, efetivamente, praticando, fazendo a gestão pública.

Deputado Rodrigo Minotto, todos nós falamos em gestão pública, virou moda, virou grife. O que é gestão pública, tão falada, tão discutida e tão mal praticada no nosso país? A gestão pública no nosso país ainda está, infelizmente, no acostamento. Para que nós possamos, efetivamente, ter uma gestão pública eficiente, de qualidade, à altura da expectativa da nossa população, temos que atuar, concretizar, efetivar três pilares fundamentais e o primeiro deles diz respeito à desburocratização. Precisamos dar celeridade aos processos, às licenças, às demandas da comunidade, junto ao poder público. Aqui temos alguns ex-prefeitos que sabem muito melhor do que eu sobre esse assunto. O país clama pela celeridade das demandas públicas e do poder público, que é, infelizmente, lamentavelmente, oneroso, caro, arcaico e que não dá resposta para a população.

O segundo pilar tão importante quanto o primeiro, é a meritocracia, que a China pratica há mais de 500 anos, deputado Natalino Lázare, que o governador está implantando em Santa Catarina. Implantou na secretaria da Fazenda e está implantando na secretaria da Educação, deputado Fernando Coruja, através do projeto de lei que foi aprovado, nesta Casa, criando o processo de consulta pública para escolher as diretoras das nossas escolas estaduais, ou seja, com a consulta pública as diretoras serão as mais competentes, as mais entrosadas, as mais queridas, as mais eficientes junto à comunidade, aos professores e aos alunos.

E o terceiro pilar fundamental que o governador anunciou na sua mensagem é exatamente aquilo que o governo federal não fez. O governo federal diante da crise econômica do país, deputado Fernando Coruja, v.exa. que foi um grande líder no Congresso Nacional para pagar a conta de alguma ações, no meu entendimento, irresponsáveis, deveria ter cortado na carne, ou seja, deveria ter diminuído os cargos comissionados, cortado os gastos públicos excessivos e absurdos na esfera do governo federal. Mas não fez isso, optou pelo caminho mais fácil que é o bolso da população brasileira. Então, o enxugamento da máquina é o terceiro pilar fundamental que o governador anunciou que vai fazer. Ele cortou 5% dos gastos e, praticamente, 600 cargos comissionados na sua nova gestão, no seu segundo mandato.

Encerro dizendo que com a nossa contribuição, deputado Coruja, vamos tentar fazer a melhor legislação da história do Parlamento Catarinense, fazendo com que Santa Catarina continue sendo um estado de excelência, um estado de qualidade, um estado onde as pessoas possam ter efetivamente a condição de viverem mais felizes, mais tranquilas e criar seus filhos e realizar seus sonhos. Esse é o meu objetivo, com certeza, absoluta, também de todos os parlamentares catarinenses que tomaram posse no último domingo.

Um grande abraço, sucesso e muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Muito obrigado deputado Darci de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PR.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PR, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PPS, os próximos minutos são destinados ao PSB.

Com a desistência de representantes do PSB, comunicamos que a presente sessão será suspensa até as 16h quando iniciaremos a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 001 e 002, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência também comunica que defere os Requerimentos de n.s: 01, 02, 05, 06, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 07, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 08, de autoria do deputado José Nei Ascari; 09, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 10 e 11, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 12, de autoria do deputado Neodi Saretta; 13, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 15, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Esta Presidência comunica, ainda, que submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 03, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que requer a instalação do Fórum da Agroecologia e da Produção Orgânica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 04, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que requer a instalação do Fórum do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 01, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao Grupo de Teatro Cia Carona de Blumenau, manifestando louvor pelos 20 anos de relevantes trabalhos e grandes espetáculos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 01, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações sobre adoção de providências decorrentes da Lei n. 16.487.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir,  
encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam  
permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Pedido de Informação n. 02, de  
autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a  
ser enviado ao governador do estado e ao  
secretário de estado da Educação, solicitando  
informações a respeito do Programa de  
Alimentação Escolar.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir,  
encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam  
permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Pedido de Informação n. 03, de autoria  
do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado  
ao governador do estado e demais autoridades,  
solicitando informações sobre os subprogramas de  
Pagamento de Serviços Ambientais - PSA.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir,  
encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam  
permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
O Sr. Deputado Kennedy Nunes -  
Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr.  
deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES -  
Sr. presidente, eu apenas gostaria de fazer  
uma pergunta. Os novos deputados estão  
querendo saber sobre a questão das  
comissões desta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Eu vou ler agora, deputado Kennedy  
Nunes.

(Passa a ler.)

"De acordo com o que dispõe o art.  
30 do Regimento Interno da ALESC, esta  
Presidência comunica o número de vagas  
que cabe a cada Bancada ou Bloco  
Parlamentar, conforme representação  
numérica do dia 1º de fevereiro de 2015,  
para a composição das Comissões  
Permanentes e, nos termos do § 3º do  
mesmo artigo, abre o prazo de 5 (cinco)  
sessões para que cada Líder proceda a  
indicação dos nomes de sua representação.

- Comissões com 09 (nove) membros:  
- Comissão de Constituição de  
Justiça, Comissão de Finanças e Tributação e  
Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Bancada do PMDB com duas vagas;  
Bancada do PSD com duas vagas;  
Bloco Social Progressista com duas  
vagas;

PT com uma vaga;  
Bloco Frente Renovação com uma  
vaga;

Conjunto das Bancadas do PCdoB,  
DEM e PDT com uma vaga.

Total de nove vagas.  
Comissões com sete membros:  
- Comissão de Agricultura e Política  
Rural;

- Comissão de Defesa dos Direitos da  
Pessoa com Deficiência;

- Comissão de Direitos da Criança e  
do Adolescente;

- Comissão dos Direitos Humanos;  
- Comissão de Economia, Ciência,  
Tecnologia, Minas e Energia;  
- Comissão de Educação, Cultura e  
Desporto;

- Comissão de Legislação  
Participativa;

- Comissão de Relacionamento  
Institucional, Comunicação, Relações  
Internacionais e do Mercosul;

- Comissão de Pesca e Aquicultura;

- Comissão de Proteção Civil;

- Comissão de Saúde;

- Comissão de Segurança Pública;

- Comissão de Trabalho,  
Administração e Serviço Público;

- Comissão de Transportes e  
Desenvolvimento Urbano;

- Comissão de Turismo e Meio  
Ambiente;

- Comissão de Prevenção e Combate  
às Drogas.

Bancada do PMDB - duas vagas;  
Bancada do PSD - uma vaga;  
Bancada do Bloco Social Progressista  
- uma vaga;

Bancada do PT - uma vaga;  
Bloco Frente Renovação - uma vaga;  
Conjunto das Bancadas do PCdoB,  
DEM e PDT - uma vaga;

Total - sete vagas."

Nós temos, portanto, a partir desta  
leitura, o prazo de cinco sessões para que os  
líderes façam as indicações dos membros e  
para a instalação das comissões.

Como já há um entendimento bem  
adiantado com relação às comissões, a minha  
sugestão é de que nós pudéssemos na terça-  
feira concluir as indicações, instalá-las no final  
da terça-feira e na quarta-feira já  
começássemos a trabalhar, para que nós  
possamos ganhar tempo e agilidade, uma vez  
que também, na próxima semana, já começam  
adentrar matéria, aliás, já começaram a entrar  
matéria hoje na Casa, que como existe um pré-  
consenso quanto às comissões, não há motivo  
para nós postergarmos.

Muito embora tenhamos cinco  
sessões regimentais que iria toda a semana  
que vem e ainda terça-feira da próxima semana,  
a minha sugestão aos srs. líderes é que  
possamos fazer isso na terça-feira e a eleição  
na quarta-feira já começarmos o trabalho das  
comissões.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela  
ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Com a palavra o deputado Kennedy  
Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES -  
Sr. presidente, exatamente era isso que estava  
pensando até porque há muita matéria já  
entrando.

Acho que o PMDB, o PSDB, o PSD,  
também o PP que são bancadas maiores já  
estão resolvidos. Acho que só depende da  
reunião da minoria para que possamos definir  
as composições e fazermos o mais rápido  
possível.

Foi muito boa a sua ideia de  
fazermos na terça-feira para que na quarta-feira  
já comercializemos os trabalhos.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Se houver concordância dos líderes,  
nós pré-definimos a data de terça-feira como  
data para composição das comissões.

O PMDB não está presente porque  
está na posse do secretário Carlos Chiodini,  
mas tenho certeza de que não há impedimento  
por parte dos srs. deputados.

O deputado Silvio Dreveck, que é o  
líder do governo, esta Presidência está  
encaminhando no sentido de marcamos a data  
de terça-feira como prazo final para encaminha-  
mento dos nomes das comissões. Falando em  
prazo final é evidente como temos sessões  
regimentais não é definitivo, pode ser  
postergado, mas acho que é bom para todos  
para que pudéssemos na terça-feira ter isso  
concluído.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer -  
Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr.  
deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON  
SCHEFFER - Presidente, em relação ao PSDB e  
PP, Bloco Social Progressista, também está  
certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Os demais líderes presentes, Jean  
Kuhlmann, PSD.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN -  
De acordo, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO -  
Sr. presidente, eu não consultei toda a  
bancada, mas o PMDB está de acordo para  
fechar com a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Perfeito. Então, terça-feira, os líderes  
devem encaminhar as composições das  
comissões e estalaremos na terça-feira à tarde  
e na quarta-feira será feita a eleição de seus  
presidentes e imediatamente as comissões  
começar a deliberar.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela  
ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr.  
deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK -  
Sr. presidente, o que compete ao governo,  
estamos de acordo. Pode fazer o encaminha-  
mento como v.exa. entender melhor.

O Sr. Deputado Cleiton Salvaro - Pela  
ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr.  
deputado Cleiton Salvaro.

O SR. DEPUTADO CLEITON SALVARO -  
Sr. presidente, o Bloco Frente Renovação está  
de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Perfeito. Acho que é consenso. Então,  
está definida a data de terça-feira para que  
possamos fazer desta forma.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES -  
Terça-feira na sessão, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Na sessão como data final, temos  
que instalar as comissões. A instalação se dá  
na sessão.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES -  
Os trabalhos já começam na quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado  
Gelson Merisio) - Em relação aos trabalhos,  
marcamos as comissões para na quarta-feira  
a eleição de todas e aquelas que têm pauta  
na quarta-feira já começam a deliberar como  
é o caso da comissão de Finanças e de  
Tributação.

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto -  
Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson  
Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr.  
deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO  
PARISOTTO - Os três partidos: DEM, PDT e  
PCdoB concordam também, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Narcizo Parisotto, talvez seja necessário uma reunião entre os três partidos para definir a participação, mas seria muito bom se será muito bom se pudermos ter esse encaminhamento feito então até terça-feira.

Muito obrigado pela colaboração.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Apenas para registrar a presença do meu amigo Cláudio Monteiro, grande delegado de polícia e que tem grande história na Deic, comendador por esta Casa, registrando a presença dele, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta feito o registro e a Presidência se associa aos cumprimentos dos visitantes, em especial ao delegado Cláudio Monteiro.

Passaremos à Explicação Pessoal, conforme determina o art. 108 do Regimento Interno.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos. Enquanto isso o deputado Valmir Comin conduz a sessão para que ela possa ser concluída

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, apenas faço uso da tribuna na tarde de hoje inicialmente para manifestar aqui mais uma vez e especialmente a gratidão ao Parlamento Catarinense por compor a Mesa Diretora e a manifestação da confiança das bancadas que têm assento neste Parlamento.

Gostaria apenas de fazer dois registros que julgo extramente importantes, relacionados à igreja. Faço questão de fazer até pela estreita relação e convivência que tenho com a própria igreja ao longo de minha caminhada.

O primeiro registro é de tornar público e conhecido à sociedade catarinense que no dia 1º de fevereiro deste ano a Diocese de Chapecó tem recebido carinhosamente uma grande manifestação, ato religioso o bispo dom Odelir José Magri, que foi nomeado para assumir a diocese de Chapecó para os anos que virão no compromisso de levar adiante a ação evangelizadora da igreja diocesana de Chapecó.

Só para lembrar que dom Odelir José Magri é do município de Campo Erê, hoje Saltinho. Nasceu na comunidade de São Donato, no município, à época, de Campo Erê. Ele já foi bispo no Ceará, na diocese de Sobral e, agora, recentemente, então, assume a coordenação diocesana de Chapecó.

Ao bispo dom Odelir damos as boas vindas, desejando em bom trabalho missionário, que, com certeza, desenvolverá e o fará com muita alegria e com muita propriedade.

E gostaria de ler um depoimento que foi escrito ao povo da diocese de Chapecó quando fez a sua saudação. Dizia dom Odelir:

(Passa a ler.)

"Sou filho desta terra, mas estou ausente da região há alguns anos. Estou consciente que preciso de um pouco de tempo para readaptar-me e conhecer melhor a realidade da diocese.

Venho, portanto, como um amigo, um irmão, um pai e como vosso pastor e guia. Venho como missionário, marcado pela força, riqueza do carisma e espiritualidade de São Daniel Comboni. Venho com a intenção e o

desejo de conhecer, escutar, aprender, descobrir e trabalhar com vocês na vinha do Senhor, que é a nossa diocese.

Venho com a determinação de ajudar esta igreja particular a fortalecer sempre mais sua vocação missionária também no sentido *ad gentes*. Interiormente me sinto sereno e confiante e, da minha parte, não medirei esforços, colocando-me sempre ao serviço do povo de Deus e da missão.

Estou certo de poder contar com a vossa recíproca confiança e colaboração. Caminho se faz caminhando e juntos caminharemos e abriremos novos caminhos."

Então, é revestido deste pensamento que nós dizemos a Dom Odelir que estamos juntos nesta caminhada, e queremos coletivamente fazer acontecer este caminho.

O segundo registro que gostaria de fazer, na tarde de hoje, é de um decreto assinado pelo Papa Francisco, nesta última terça-feira, através da promulgação de um decreto, que reconhece o martírio do arcebispo de São Salvador do Araguaia, dom Oscar Romero.

Portanto, depois de muitos anos do assassinato, no ano de 1980, depois de basicamente 35 anos, se faz todo um processo de reconhecimento do assassinato dele, e ao mesmo tempo também o encaminhamento para a beatificação.

Faço esse grande e importante registro, porque dom Oscar Romero é reconhecido dentro da nossa igreja e pela sociedade da América Latina como sendo o arcebispo dos pobres, do povo sofrido, do povo que mais precisa do aparato da sociedade e, portanto, das lideranças também.

Então, eu acho que esse reconhecimento que o papa Francisco faz ao dom Oscar Romero é de justiça e de direito.

Faço dois registros, de reconhecimento e boas-vindas ao dom Odelir, o bispo de Chapecó, e do encaminhamento da beatificação de Dom Oscar Romero.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Apenas quero corroborar esse grande ato do Papa Francisco, até porque acompanhava essa manifestação na TV e chamou-me a atenção que o arcebispo defendia uma tese nessa linha, e naquele tempo não era muito bem visto porque entendia-se que estava avançando o sinal do velho sistema da própria igreja. Acredito que esse ato, além de reconhecer esse grande trabalho realizado pelas pessoas mais humildes e necessidades, ainda vêm ao encontro da beatificação.

Foi muito oportuna a sua manifestação e deixa-nos agraciados por essa benevolência ao arcebispo que merece esse reconhecimento.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Agradeço, deputado! Como v.exa. mencionou, os anos 80 foram de grandes manifestações e o arcebispo dom Oscar Romero assume a causa daqueles que são oprimidos, até mesmo pelo regime, que são estropiados, marginalizados e encara a defesa do povo na sociedade. É um reconhecimento muito justo que o papa, através desse decreto, encaminhe a beatificação do mesmo porque ele combateu o bom combate em defesa da justiça e da dignidade daquele povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comim) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Milton Hobus, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MILTON HOBUS - O SR. DEPUTADO MILTON HOBUS - Boa-tarde a todos! É uma honra para nós estarmos, pela primeira vez, ocupando a tribuna desta Casa.

Hoje foi um dia bastante intenso na Casa, e tive a honra de receber desde ontem a visita de lideranças vindas de todos os cantos do estado, principalmente da região do alto vale do Itajaí.

Quero aproveitar este momento para registrar a presença neste plenário do prefeito de Trombudo Central, Silvio Venturi, do seu assessor João Salles e da comitiva de Vidal Ramos, que está aqui presente, chefiada pelo presidente do PSD, vereador Almir Schmitz, dos vereadores José Luis Stolff, Rodrigo Tabarelli, Lauro Backes, Ivonésio Heck, dos ex-vereadores Mário Machado, Odilmar de Souza e do nosso grande amigo, ex-prefeito de Vidal Ramos por dois mandatos, e fomos prefeitos contemporâneos, Nabor Schmitz.

Então, muito obrigado pelo carinho, pela presença.

Nobres pares, sei que vários deputados da nossa região têm trabalhado intensamente numa questão que é muito triste e relevante para nós, com relação ao alto vale do Itajaí, que está no centro geográfico do estado.

Ontem, ouvimos o governador citar uma das grandes virtudes do nosso estado, ou seja, o desenvolvimento e o empenho do agronegócio catarinense, que passa por toda a famigerada BR-470. Sabemos que o governo federal iniciou o processo de duplicação, que deve ir até Itaipava, mas sabemos que não é o suficiente, porque quando ela estiver duplicada, com certeza, já estará defasada.

Por isso, estamos solicitando uma audiência no DNIT e também fazendo uma moção ao governador Raimundo Colombo, para que junto ao ministério dos Transportes consigamos trazer algumas medidas, mesmo que paliativas, para melhorarmos o fluxo e a segurança dos usuários da BR-470.

Hoje, deputado Natalino Lázare, não é somente Blumenau que demoramos para passar, pois em Apiúna é a mesma coisa. A cidade de Apiúna precisa de uma via paralela, e que a BR-470 saia do meio e Apiúna. Isso não é um bicho de sete cabeças para ser feito. Temos outras cidades, como Lontra que até hoje espera por uma rotatória. E todos os anos estamos contabilizando mortes, perdas de vidas. A cidade de Rio do Sul está na mesma situação. A cidade de Trombudo Central, do nosso prefeito Silvio, acompanhamos há mais de quatro anos a execução do projeto, com promessas e promessas, mas até hoje nada. E todos os anos mortes acontecem no trevo de acesso a Trombudo Central. Em Pouso Redondo, quem passa lá todos os dias sabe do problema.

Acredito que isso não seja um bicho de sete cabeças para o nosso governo federal. Acredito que é falta de vontade. Então, precisamos nos unir para que de fato aconteça a solução. Mas enquanto isso temos que fazer a nossa parte no estado de Santa Catarina, para melhorar essa situação e que o alto vale possa ter uma sobrevida diferente, não ser penalizado pela falta de investimentos estratégicos, porque estamos lá, asfixiados pela BR-470, e precisamos de investimentos que abram o alto vale, para que toda a população, de aproximadamente 300 mil habitantes, não fique dependendo exclusivamente da BR-470.

O Nabor que foi ex-prefeito de Vidal Ramos e toda a equipe do município estão aqui; o prefeito de Presidente Nereu também está aqui presente.

Srs. deputados, temos uma alternativa para tirar o fluxo da BR-470, qual seja, fazer a ligação Presidente Nereu/Vidal Ramos/Botuverá. Inclusive o governador já está pavimentando um trecho de Botuverá até Cavernas. São mais 50 quilômetros aproximadamente. Isso nos daria uma via alternativa para toda aquela população chegar ao litoral mais próximo mais rápido, sem depender da BR-470, eis que hoje demoramos mais de três horas para ir de Rio do Sul a Blumenau, o que não é mais admissível.

Então, ações estratégicas devem e têm que acontecer. A ligação do alto vale do Itajaí, do vale norte e do vale oeste com a BR-116, deputado Aldo Schneider, partem de projetos já encaminhados, já assumidos pelo governador. A ligação entre Rio do Oeste e Taió, a ligação entre Petrolândia e a BR-282 são obras estratégicas e importantes para que se possa ter de fato neste estado, que é o melhor estado do Brasil, o estado que mais cresce no país, mas que não tem, presidente Valmir Comin, não tem mais condição de crescer por falta de infraestrutura, por falta de mobilidade.

Então, não podemos ficar calados, omissos, esperando as indústrias irem embora, esperando o povo achar alternativa, porque fizemos o dever de casa.

O governo federal, responsável pelas vias federais em nosso estado, tem que de fato fazer a sua parte, para não asfixiar o desenvolvimento e o crescimento do nosso estado de Santa Catarina. Hoje vivemos uma falta muito grande de ações estratégicas com visão de longo prazo.

Deputado Gabriel Ribeiro, não podemos mais esperar o desenvolvimento chegar para depois correremos atrás para resolver os problemas, para contabilizar os mortos. Temos que nos preparar para que, quando o desenvolvimento chegar a alguma região, tenhamos a infraestrutura mínima para dar suporte a isso.

Quero contar com v.exa., como empresário, deputado Luiz Fernando Vampiro, com quem terei a honra de dividir o gabinete nesse período em que estarei licenciado da Assembleia Legislativa. E falarei sobre isso amanhã, colocando para todos os colegas a nossa grande missão que o governador Raimundo Colombo nos passou, à frente da Defesa Civil.

Como empresário viajo à China e a várias partes do mundo há mais de 20 anos. E uma vez, percorrendo uma estrada no interior da China, passamos por uma cidade, deputado Aldo Schneider, que tinha lá alguns chineses, com uma vassoura de palha, varrendo o asfalto de uma estrada de quatro pistas, que não tinha trânsito nenhum. E indaguei ao chinês que estava comigo por que toda aquela infraestrutura bonita, se não tinha nada, se não ligava a lugar nenhum. E ele disse que fizeram a estrada porque o governo chinês queria incentivar a vinda de indústrias para gerar emprego para aquela região tão pobre da China.

Imaginem nós aqui no Brasil, nós em Santa Catarina, se tivéssemos trabalhando assim, deputado Aldo Schneider. Por isso, todas essas obras estruturantes que precisamos no estado de Santa Catarina, no nosso alto vale do Itajaí, não podem mais esperar, porque elas estão limitando o nosso desenvolvimento. E um estado que não se preocupa com isso com certeza o seu povo pagará o preço mais tarde.

O nosso governador sr. Raimundo Colombo tem um grande desafio. Sabemos que viveremos nesses próximos quatro anos o maior volume de obras da história de Santa

Catarina, graças à sua competência, graças à sua visão. E precisamos aí incluir ações estratégicas, para que todo o nosso estado seja contemplado e possa estar cada dia melhor, para que possamos continuar a cada ano comemorando o crescimento acima da média nacional, comemorando a qualidade de vida, da renda do nosso povo acima da média nacional. Por isso, os investimentos estratégicos de infraestrutura são indispensáveis.

Então, quero agradecer a oportunidade e dizer, deputado Aldo Schneider, que vou ficar poucos dias e que amanhã estarei me manifestando sobre o objeto da minha saída desta Casa. Quero dividir com os colegas deputados essa grande missão, para poder, junto com os deputados aqui presentes, poder bem atender aos nossos municípios catarinenses que v.exas. aqui representam.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Muito obrigado, deputado Milton Hobus.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria, inicialmente, dar as boas-vindas ao nosso colega deputado Milton Hobus que representa a mesma região nossa, do vale do Itajaí, e também quero cumprimentar as lideranças através de vários prefeitos e lideranças da região do alto vale.

E dizer ao deputado Milton Hobus que a sua preocupação é a mesma dos últimos quatro anos em que eu, o deputado Jorge Teixeira, o deputado Jailson Lima estivemos quase que diariamente aqui nesta Tribuna.

Que bom que v.exa. veio somar-se a esses pleitos, com certeza precisamos de uma representação forte. E evidentemente o seu papel, o meu papel, o nosso papel, é cobrar efetivamente do governo federal a sua responsabilidade.

Mas antes de qualquer coisa eu gostaria de desejar a v.exa. as boas-vindas. E juntos, com certeza, haveremos de avançar no atendimento das necessidades do vale do Itajaí, especialmente o alto vale.

Quero que fique registrado nos anais desta Casa a nossa alegria, a nossa satisfação, em poder contar com o deputado Milton Hobus, que a partir do último domingo vem somar-se a nós que fizemos parte desse plenário para buscar efetivamente as ações em função da grande carga tributária que nós pagamos no Brasil. Evidentemente que não é favor nenhum o governo federal, os governos fazerem a sua parte.

Eu gostaria de agradecer a sua generosidade, sr. presidente.

Deputado Milton Hobus, estamos juntos nesta batalha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, cumprimento todos que acompanham esta sessão.

Agradeço ao povo catarinense pela oportunidade de estar voltando a esta tribuna. São mais quatro anos que, com certeza, vamos trabalhar muito, não apenas com os deputados do vale do Itajaí, e aqui são citados os deputados Aldo Schneider, Milton Hobus, Ana Paula Lima e o deputado Ismael dos Santos, mas vamos trabalhar com certeza com todos os 40

parlamentares, porque é justamente a nossa união, o nosso trabalho em conjunto que vai fazer uma grande diferença. Temos aqui deputados experientes como o deputado Leonel Pavan, ex-senador, ex-governador; o deputado Fernando Coruja, ex-deputado Federal, que tanto orgulhou o nosso estado no Congresso Nacional, que foi mostrado várias vezes, um dos melhores parlamentares do Brasil.

Eu me considero, mesmo indo para o terceiro mandato, um jovem veterano e, com certeza, para nós é um aprendizado muito grande onde podemos mesclar a juventude com a experiência daqueles que têm muito a nos ensinar. E acima de tudo também com a experiência do povo catarinense.

É o nosso trabalho em conjunto, olhando para os bons exemplos de Santa Catarina, para as pessoas mais humildes, conforme o governador Colombo, são as pessoas mais humildes que precisam do nosso trabalho, é assim que vamos fazer o melhor para o nosso estado.

Por isso, quero agradecer todos os catarinenses que nos deram a oportunidade de estar novamente nesta Casa. Agradeço aos deputados do PSD pela oportunidade em assumir a liderança da bancada do PSD e queria também neste momento fazer uma referência parabenizando o governador Raimundo Colombo pela sua mensagem inicial a esta Casa.

Eu posso dizer a cada um dos senhores que já vi o governador Raimundo Colombo se expressar com uma qualidade como poucas.

Mas dessa vez vi no semblante do governador não apenas a qualidade da sua fala, o seu coração falando, à vontade, em fazer com que o nosso estado continue sendo o maior gerador de empregos do país, que nosso estado continue crescendo e gerando qualidade de vida para os catarinenses. Um estado que aplica bem os seus recursos públicos. Por isso, não posso deixar de parabenizar o governador Raimundo Colombo pela sua fala, pelo seu pronunciamento e dizer que nós parlamentares temos um papel fundamental no sentido de fazer com que o sonho que o governador expressou nesta tribuna se torne realidade.

Então, governador, pode contar com esta Casa, com todos os deputados no sentido de trabalhar, porque vimos realmente que o seu empenho e a sua fala é de coração. E quando se vê alguém falando com o coração e com vontade, temos que ajudar para o bem de Santa Catarina.

Portanto, parabéns a todos e quero agradecer àqueles que me deram a oportunidade de estar novamente nesta Casa lutando pelo vale do Itajaí, pelas causas, fazendo com que o dinheiro que as pessoas pagam de imposto no suor do seu dia a dia volte para ser aplicado na qualidade de vida das pessoas. Esta é a minha meta, esse é o meu objetivo: trabalhar muito para cada catarinense, para cada pessoa de bem do nosso estado.

Que Deus abençoe a todos e que nos acompanhe! Muito obrigado pela oportunidade novamente de estar nesta Casa por mais quatro anos defendendo o povo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Srs. deputados, não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA PRESIDÊNCIA DL

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 020-DL, de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 65, inciso VI, alínea "I" do Regimento Interno e na Resolução nº 005/2005, no uso de suas atribuições CONSTITUI Frente Parlamentar, denominada Santa Catarina - Itália, integrada pelos Senhores Deputados Valdir Cobalchini, Serafim Venzon, Luciane Carminatti, Cleiton Salvaro, Fernando Coruja, Dalmo Claro, Cesar Valduga, Neodi Saretta, Ricardo Guidi, José Nei A. Ascari, Pe. Pedro Baldissera e Mauro de Nadal, com o objetivo de buscar aproximação, bem como resgatar os laços de amizade entre os parlamentos italiano e catarinense e trabalhar em ações que fomentem a cultura, economia e desenvolvimento, no Território catarinense. PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 20 de março de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**  
Presidente

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 011-DL, de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gabriel Ribeiro para ausentar-se do País, no período de 24 a 29 de março do corrente ano, a fim de participar de reuniões na sede da *China National Heavy Duty Truck Corporation*.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 24 de março de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário  
Deputado Valmir Comin - 1º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 236, de 25 de março de 2015

Dá nova redação ao §1º e ao inciso II do art. 11 do Ato da Mesa nº 127, de 2015, e adota outras providências.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 63, parágrafo único, do Regimento Interno,

#### RESOLVE:

**Art. 1º O art. 8º** do Ato da Mesa nº 127, de 26 de fevereiro de 2015, passa a ter a seguinte redação:

"**Art. 8º** As diárias serão calculadas por período de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da partida do beneficiário, considerando-se como uma diária a fração superior a 12 (doze) horas, com pernoite comprovado com nota fiscal de hospedagem. Parágrafo único. A fração de período será contada como meia diária quando inferior a 12 (doze) e superior a 04 (quatro) horas."

**Art. 2º** O §1º e o inciso II do art. 11 do Ato da Mesa nº 127, de 26 de fevereiro de 2015, passam a ter a seguinte redação:

" **Art. 11** .....

§1º A prestação de contas de diárias consistirá na comprovação, pelo beneficiário, da efetiva realização do deslocamento e da estada no local de destino, mediante apresentação de um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II abaixo relacionados:

I- .....

II - comprovantes da estada no local de destino:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;

....." (NR)

**Art. 2º.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

**Art. 3º.** Fica revogado o inciso III, alíneas "a", "b" e "c" do art. 11 do Ato da Mesa nº 127, de 26 de fevereiro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 237, de 25 de março de 2015

Altera dispositivos do Ato da Mesa nº 238, de 4 de abril de 2014, que regulamenta o uso de veículo de propriedade do Deputado para desenvolver as atividades parlamentares, e adota outras providências.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no art. 63, parágrafo único, do Regimento Interno,

#### RESOLVE:

**Art. 1º O art. 2º** do Ato da Mesa nº 238, de 4 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** .....

§ 3º **A** indenização pecuniária mensal é destinada a cobrir as despesas com a manutenção, abastecimento e quaisquer outras decorrentes de obrigações e da utilização do veículo.

§ 4º Fica estabelecido um adicional de **50%**, incidente sobre o valor de que trata o caput deste artigo, destinado a indenizar os gastos com combustíveis e lubrificantes automotivos."

**Art. 2º** O inciso II do Anexo II do Ato da Mesa nº 238, de 4 de abril de 2014 passa a ter a seguinte redação:

"II - responsabilidade pelas despesas de abastecimento e por todos os encargos e despesas de manutenção e conservação, que incluem consertos, reformas, reposição de peças, troca de óleo e fluidos, limpeza e higienização e outras decorrentes da utilização do veículo;"

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

**Art. 4º** Fica revogado os incisos II e III do art. 4º do Ato da Mesa nº 238, de 4 de abril de 2014.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 238, de 25 de março de 2015

Reestrutura a Casa Militar da Assembleia Legislativa e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, c/c os arts. 2º, inciso III, alínea "a", item 3 e 15 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2011, convalidada pela Lei Complementar nº 622, de 22 de janeiro de 2015.

#### RESOLVE:

**Art. 1º** A segurança institucional da Assembleia Legislativa será exercida pela Casa Militar, vinculada ao Gabinete da Presidência e estruturada nos termos deste Ato.

**Art. 2º** As atribuições estabelecidas no art. 15, incisos I a V da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2011, convalidada pela Lei Complementar nº 622, de 22 de janeiro de 2015, serão realizadas por policiais militares da ativa e da reserva remunerada.

**Parágrafo único.** O efetivo de policiais militares da ativa será composto por dois oficiais, dos quais um será indicado pelo Presidente como Chefe da Casa Militar e o outro como Ajudante de Ordem do Gabinete da Presidência, e até oito policiais militares do Quadro de Praças.

**Art. 3º** Os Policiais Militares que permanecerem no efetivo da Casa Militar serão substituídos em até dois anos por militares da reserva remunerada com fundamento no art. 2º da Resolução nº 894, de 16 de julho de 1999, na redação dada pela

Resolução nº 459, de 30 de abril de 2001 ou no art. 1º, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 380, de 03 de maio de 2007

**Art. 4º** Serão devolvidos de imediato ao Comando da Polícia Militar vinte policiais da ativa.

**Art. 5º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 239, de 25 de março de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC. **RESOLVE: TORNAR SEM EFEITO** o Ato da Mesa nº 175, de 4 de março de 2015 .

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 240, de 25 de março de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1231/2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,

**ATRIBUIR** à servidora **CAROLINE CRISTINA CARDOSO**

**RAMOS**, matrícula nº 7175, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 2 de março de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 241, de 25 de março de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1340/2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,

**ATRIBUIR** à servidora **NICOLI MADEIRA**, matrícula nº 7227, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 4 de março de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 242, de 25 de março de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2253/2014,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da EC nº 41/03, em combinação com o art. 6-A da EC nº 41, com a redação dada pela EC nº 70/2012,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por invalidez, ao servidor

**SERGIO FRANCISCO AMBROSI**, matrícula nº 1986, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, habilitação nível médio/Técnico Legislativo do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade, na forma da lei, a contar de 1º de abril de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL.**

Aos dezoito dias do mês de março de 2015, às 18 horas, reuniram-se os membros da Comissão de Agricultura e Política Rural nas dependências do plenarinho desta Casa, sobre a presidência do Deputado Natalino Lázare. Estiveram presentes, além do Deputado Presidente, os Deputados José Milton Scheffer, Dirceu Dresch, Mauro de Nadal e Cesar Valduga, e foram recebidos os Deputados Gabriel Ribeiro e Manoel Mota justificando suas ausências. O presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença dos deputados membros da comissão, colocando o motivo da reunião extraordinária que foi a presença do Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca, o Deputado Moacir Sopelsa, O Deputado José Milton Scheffer propôs, a fim de agilizar os trabalhos da reunião, que fosse dado de imediato a palavra ao Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca, sendo aprovado por todos os Deputados presentes. O Secretário cumprimentou a todos os Deputados Membros da Comissão de Agricultura e Política Rural e os demais componentes da mesa, os Senhores Luiz Ademir Hessmann e Gecio Humberto Meller, Presidente da Epagri e Diretor Técnico da Cidasc, respectivamente. Falou da satisfação de estar presente nesta reunião da Comissão de Agricultura e Política Rural, comissão esta que teve o prazer de presidir por duas legislaturas. O Secretário disse que estava assumindo a pasta da Agricultura do Estado pela terceira vez. A seguir discorreu sobre os planos e ações de sua pasta, baseado no seguinte: Eixos de trabalho - pesquisa Agropecuária (Epagri), extensão rural (Epagri), defesa sanitária animal e vegetal (Cidasc)

e fomento agropecuário. Programa da Secretaria da Agricultura e da Pesca - programa juro zero agricultura/piscicultura, programa terra boa, programa de fomento a produção agropecuária, programa nacional de crédito fundiário, programa de regularização fundiária, programa de qualidade e defesa agropecuária, fundesa (indenizações), programa de desenvolvimento da pecuária de corte catarinense, programa de inclusão digital Beija Flor, SC rural, seguro agrícola e programa de telefonia fixa e internet no meio rural. Propostas para 2015 - Criação de um programa voltado para a melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica no campo, fortalecer os programas que levam internet para o meio rural e aumentar o número de cadastros ambientais rurais em SC. Falou, também, do orçamento de sua pasta, fixado em R\$ 600 milhões de reais e, que a Secretaria da Agricultura deverá pagar subsídios a quantia de R\$ 45 milhões em programas agrícolas. O Secretário ressaltou que o Estado é considerado, pelo Ministério da Agricultura, como Estado Livre de febre aftosa sem vacinação. Discorreu, também, das dificuldades que terá pela frente para gerir sua pasta com uma estrutura que possui apenas 51 funcionários em todo o Estado, sendo que Florianópolis possui apenas 9, necessitando, assim, do apoio da Epagri, Cidasc e Sindicame e, que precisa urgente da realização de concurso público para a contratação de funcionários. Falou, também, que no dia 29 de maio o Estado de SC deverá receber o selo de status livre de peste suína clássica. Para finalizar, agradeceu a todos e firmou compromisso em colocar a Secretaria da Agricultura à disposição e, ter a Comissão de Agricultura como parceira e elo de ligação com a ALESC. A seguir o Presidente Deputado Natalino Lázare passou a palavra aos demais Deputados. O Deputado Dirceu Dresch cumprimentou o Secretário pela disposição em visitar a Comissão e discorreu sobre alguns pontos que o preocupam sobre a Agricultura Catarinense. Solicitou apoio da Epagri e Cidasc para os agricultores familiares. Falou, também, da preocupação com o

PDI da Epagri. Solicitou uma política de auxílio às Prefeituras Municipais com maquinários para a manutenção das estradas do interior onde escoam a produção agrícola. O Deputado José Milton Scheffer, cumprimentou ao Secretário de Estado da Agricultura, o Presidente da Epagri e o Diretor Técnico da Cidasc, elogiou os programas apresentados e, considerou a agricultura do Estado bem diversificada, enfatizou que o governo deveria dar mais valor à Secretaria da Agricultura e da Pesca, solicitou investimentos na pesquisa e extensão para o agricultor catarinense, laboratórios mais aparelhados para a Cidasc, construção de barragens e seguro agrícola. O Deputado Cesar Valduga, cumprimentou ao Secretário e a todos os componentes da mesa, discorreu sobre a preocupação com o êxodo rural, com empresas de alimentos instaladas em Santa Catarina, buscando produtos para sua produção fora do nosso Estado, as Agroindústrias buscando insumos em outros estados, reforçou o pedido de auxílio aos prefeitos municipais quanto às estradas do interior dos municípios e ficou preocupado quanto ao quadro de funcionários na estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. O presidente Deputado Natalino Lázare falou em três questões: Bio Digestor, Produção de Uvas, que está ociosa no oeste catarinense e solicitou um programa de incentivo na plantação de videiras para produção de sucos e vinhos. Também solicitou serviço de extensão e educação ao agricultor que não é cooperado e nem tão pouco fomentado pelas grandes empresas agroindustriais e, por último, propôs uma reunião conjunta desta Comissão e Secretaria da Agricultura com o governador do Estado. O Secretário da Agricultura falou que deverá levar ao conhecimento do governador as ações mais urgentes a serem desenvolvidas pela sua pasta. O presidente agradeceu aos membros da comissão bem como ao Secretário de Estado da Agricultura, ao Presidente da Epagri e ao Diretor Técnico da Cidasc pelas suas ilustres presenças na reunião e, encerrou a reunião. Eu, Denise da Silva, chefe de secretaria, lavro a presente ata que será assinada por mim e os demais membros presentes.

Deputado Natalino Lázare

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 1ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Às dezessete horas do dia vinte e quatro de março de dois mil e quinze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado João Amin, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: João Amin, Luciane Carminatti, Darci de Matos, Cesar Valduga, Manoel Mota e Cleiton Salvaro. Após a verificação de quorum regimental, o Presidente abriu os trabalhos, cumprimentando a todos e agradecendo a presença dos senhores Cássio Taniguchi, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis e Guilherme Medeiros, engenheiro, representando a empresa SC Participações e Parcerias S.A., bem como, ao público presente, onde se encontravam presentes, Sr. Carlos Roberto Vieira, engenheiro - representando a Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Sr. Luiz Henrique Pellegrini - representando o CREA-SC, Sr. Antonio de Arruda Lima - Presidente da Comissão de Transportes e Mobilidade Urbana, representando a Seccional da OAB-SC, Sra. Jane Pilotto, representando a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - ACIF, Sra. Cláudia de Siervi, representando a MOBFLORIPA. Em seguida submeteu para aprovação, as atas dos dias três e dez de março do corrente, as quais foram aprovadas por unanimidade. Prosseguindo, comentou sobre o expediente da ordem do dia, que tratava da apresentação das atividades e desenvolvimento do projeto do Governo do Estado, intitulado PLAMUS - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, que tem por objetivo trazer soluções para a resolução da Mobilidade Urbana, na Grande Florianópolis. Passou então a palavra ao senhor Cássio Taniguchi, Superintendente da SUDERF, que cumprimentou a todos, agradecendo o Presidente pelo convite feito e passou a discorrer sobre o assunto, destacando-se os seguintes itens levantados e comentados: 1) O projeto foi elaborado por consórcio de três empresas, a saber: LOGIT, STRATEGY& e MACHADO MEYER, tendo como parceiros a EMBARQ, ITDP, URBAN SYSTEMS, CONTACTI, UFSC, BNDES e GOVERNO DO ESTADO; 2) O estudo tem sua área de abrangência nos treze municípios da Grande Florianópolis, incluindo os nove municípios do núcleo metropolitano; 3) Desde o diagnóstico até a proposição de soluções, o trabalho foi desenvolvido com envolvimento da sociedade, em oficinas de trabalho, entrevistas e com participação de um comitê técnico, este com participação de representantes dos vários municípios,

além do BNDES, DETER, IPUF, DEINFRA e SCPAR; 4) Numa visão integral da mobilidade, plano engloba, a melhoria na infraestrutura e proposta de reestruturação do sistema do transporte público; gestão integrada metropolitana, razão para a criação da SUDERF; Diretrizes para o desenvolvimento de um Plano Diretor Metropolitano para o uso do solo; Desenvolvimento de um plano cicloviário metropolitano, na complementação ao sistema de transporte público; Estratégias para a melhoria das calçadas e segurança para os pedestres e Diretrizes para a gestão das áreas de estacionamentos; 5) O PLAMUS, tem como objetivo principal a proposição de soluções para a mobilidade na Grande Florianópolis, cujo escopo do trabalho é bastante abrangente, cujo projeto encontra-se em fase de conclusão, com todas as etapas percorridas; 6) O padrão de uso do solo, marcado pela urbanização dispersa, concentração de empregos e baixa densidade, condiciona a difícil mobilidade no território; 7) Há um desequilíbrio na distribuição das atividades urbanas, com a concentração de empregos e serviços em Florianópolis, o que gera um padrão de transporte pendular, destacando-se que 138 (cento e trinta e oito) mil pessoas atravessam a ponte, todos os dias, para trabalhar ou estudar, o que equivale a 85% (oitenta e cinco por cento) das viagens para a ilha, 73 (setenta e três) mil viagens são realizadas por transporte individual, representando 50% (cinquenta por cento) das viagens; 8) O parcelamento do solo é inadequado para o deslocamento a pé, além das calçadas e ciclovias pouco atrativas e sem equipamentos de apoio para guarda e empréstimo; 9) Pesquisas quantificaram quanto a capital atrai viagens e quanto cada município contribui no total de viagens produzidas na região, cujo volume de veículos identificados em algumas vias indicam que alguns dos principais corredores já apresentam altos níveis de saturação, dentre os quais destacam-se a BR-101, BR-282, Ponte Colombo Sales, Beira Mar Norte, etc. 10) 172.200 (cento e setenta e dois mil e duzentos) veículos e 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) motos, cruzam as Pontes Ilha/Continente por dia, sendo 7.660 (sete mil, seiscentos e sessenta) veículos e 1.000 (mil) motocicletas somente na hora Pico da tarde. Na região metropolitana de Florianópolis, identificou-se uma utilização de veículo particular muito acima da média nacional e de outras regiões; 11) Serão necessários investimentos significativos em infraestrutura e material rodante para a implantação das soluções de mobilidade, onde R\$ 1,4 Bi para o sistema BRT e R\$ 3,3 Bi para o sistema BRT + VLT. O sistema proposto para a Região Metropolitana de Florianópolis é o BRT, pois é o que apresenta benefícios operacionais compatíveis com a região e investimentos significativamente menores; 12) O PLAMUS, desenvolveu propostas de soluções em seis grandes temas, além disso, é fundamental que haja uma gestão integrada destas soluções na região metropolitana, a saber: Reestruturação do transporte coletivo integrado para a região metropolitana, Priorização de modais não-motorizados - em especial nas regiões centrais, Gestão de demanda, Regulação de transporte de mercadorias, Expansão da capacidade viária e gestão de tráfego e Organização institucional para gestão integrada na região metropolitana; 13) Para o cenário BRT, prevê a implantação de 87 Km de vias segregadas e a compra de 315 ônibus articulados, num investimento na ordem de R\$ 1,4 bi, com consequente revisão das rotas de ônibus e integração tarifária (R\$ 2,65 por viagem), realização de obras de infraestrutura já licitadas/andamento e prazo de implantação de 3 a 5 anos. O cenário BRT + VLT prevê a implantação de 36 Km de vias dedicadas sobre trilhos e 49 KM para BRTs, num investimento já citado de R\$ 3,3 bi, enquanto que o cenário BRT + Monotrilho, prevê a implantação de 36 Km de vias dedicadas sobre trilho e 49 Km para BRTs, com investimento de R\$ 5,1 Bi; 14) A recomendação para a região metropolitana é de um sistema troncal que foi nomeado de "2H", onde um dos trechos é para uma visão futura, alinhada à estruturação da urbanização do continente. A definição de um sistema troncal deverá ser acompanhada de outras propostas de melhoria da mobilidade, como reestruturação do sistema de ônibus e de prioridades para o transporte coletivo. O desenvolvimento orientado, combinado com a solução BRT promove melhoria de mobilidade e de eficiência do sistema, sendo recomendado para a região metropolitana de Florianópolis; 15) A implantação para corredores de ônibus, promove a qualificação do meio ambiente e traz eficiência à operação do sistema de transporte coletivo. As servidões também devem ser objeto de intervenção, de modo a adequá-las à convivência da vizinhança, criar espaços de estar e disciplinar o fluxo de veículos; 16) Quanto ao transporte aquaviário, foram avaliadas diversas oportunidades que aproveitam as características naturais da ilha; 17) Quanto ao transporte não motorizados, serão contemplados em todos os cenários e serão propostas iniciativas para melhoria da caminhabi-

lidade (ruas completas e zonas 30). São propostos 30 Km de Zonas 30 e 146 Km de ruas completas. Na capital, são propostos diversos eixos de ruas completas e perímetros de zonas 30, adequando os logradouros às funções que desempenham. A avenida Mauro Ramos, deverá ter corredor exclusivo para ônibus. Outras regiões da ilha também receberam propostas de Zonas 30 e ruas completas, a exemplo da Lagoa da Conceição, Norte da ilha, Rio Vermelho, SC-401 e no Sul da ilha. São também apresentadas propostas de expansão da rede de ciclovias, com infraestrutura de apoio para o ciclista, como bicicletários e empréstimos de bikes. Uma rede de ciclovia mais extensa e conectada, que incentive o uso da bicicleta na Região Metropolitana de Florianópolis, deveria contar com mais 400 Km. Na Capital, a rede proposta conta com 251 Km, com diversas tipologias. Há propostas de ciclovias, para o Continente e na área central, Norte e Sul da ilha; 18) Para o espaço viário, algumas propostas serão contempladas em todos os cenários, enquanto outras serão avaliadas em cenários específicos. Salientou que na área do transporte, novas concessões deverão ser realizadas, para a completa viabilidade das proposições apresentadas; 19) Com relação à organização institucional, foi identificada a necessidade da gestão integrada de mobilidade, do planejamento à execução, destaca-se que a criação da SUDERF, representa importante avanço para a região metropolitana, todavia, a entidade precisa ser reforçada. Por fim, concluiu o senhor Cássio Taniguchi, que os trabalhos continuam de forma que, as ações deverão ser direcionadas à integração dos municípios que fazem parte da região metropolitana, salientando que as intervenções em andamento e previstas, trarão benefícios marginais e localizados, evitando-se a piora da situação da mobilidade urbana da região metropolitana de Florianópolis até 2020, a partir daí observa-se uma deterioração significativa da mobilidade. Agradeceu o convite e colocou-se a disposição da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, para quaisquer informações necessárias. Voltando com a palavra o Presidente da Comissão Deputado João Amin, deixou a palavra livre aos demais Deputados. Usando a palavra o Deputado Darci de Mattos, parabenizou o Deputado João Amin pela iniciativa da palestra, comentou que também é paranaense, a exemplo do palestrante Cássio Taniguchi, agradecendo e parabenizando o palestrante, como também o senhor Guilherme Medeiros da empresa SCPAR. Lembrou que há também a necessidade de um Plano de Desenvolvimento Integrado, para que se possa planejar as cidades. Sugeri ao Presidente, que através da Comissão de Transportes, seja realizada Audiência Pública, no sentido de se discutir e debater, sobre a Mobilidade do Transporte e Planejamento das Cidades. A sugestão foi submetida de imediato pelo Presidente, para os demais deputados, os quais votaram por unanimidade pela aprovação. Em seguida o Presidente passou a palavra ao Deputado Cesar Valduga. Com o uso da palavra o Deputado Cesar Valduga, fez um comentário sobre a Cidade de Chapecó, a qual em pouco tempo tornou-se uma grande metrópole. Comentou ainda que a falta de planejamento das Cidades é público e notório. Citou como exemplo as ciclovias, que até bem pouco tempo, nada se pensava a respeito. Completou, declarando que a iniciativa do Presidente merece méritos, que a questão da mobilidade deverá prosperar seguindo-se em frente. Finalizando, agradeceu ao senhor Cássio Taniguchi, pela excelente palestra proferida. Ato contínuo, o senhor Presidente agradeceu mais uma vez a presença dos senhores Cássio Taniguchi, Guilherme Medeiros e representantes de classes presentes, declarando encerrada a presente reunião, da qual constar, eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembléia.

Sala das Comissões, vinte e quatro de março de dois mil e quinze.

Deputado João Amin

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### EXTRATO 031/2015

REFERENTE: **Apostilante de 08/03/2015, referente ao Convênio de Cooperação CL nº 004/2014, celebrado em 14/02/2014.**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: União Nacional dos Legisladores e Legislativos (UNALE).

OBJETO: O presente apostilamento tem por finalidade:

1. Reajustar o valor citado na Cláusula Quinta do Convênio de cooperação e intercâmbio tecnológico que foi de 1,5%.

VALOR: O valor de repasse mensal que era de R\$ 12.025,20 **passou para** R\$ 15.193,20, representando um acréscimo mensal de R\$ 3.168,00

VIGÊNCIA: Passa a vigorar a partir de sua assinatura, com efeitos financeiros a contar de 1º de fevereiro de 2015.

Florianópolis, 25 de março de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Deputado Kennedy Nunes- Representante da UNALE em SC

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 032/2015

REFERENTE: **08º Termo Aditivo de 16/03/2015, referente ao Contrato CL nº 062/2010-00, celebrado em 25/11/2010.**

CONTRATANTE: **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**

CONTRATADA: **Waldemiro Cascaes.**

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:

1) Reajustar o contrato original em 3,564% correspondente à variação IGPM/FGV, apurado no período de dezembro/2013 a novembro/2014, com eficácia a partir da competência 1º de dezembro/2014.

2) Tal reajuste redundou num aumento mensal de R\$ 1.311,99

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d", c/c § 8º da Lei 8.666/93;

Cláusula Terceira, item 3.6 do Contrato Original; Ato da Mesa nº 128, de 27/02/2015 e; Autorização Administrativa.

Florianópolis/SC, 25 de março de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Fabício José Satiro de Oliveira- Diretor Administrativo

Waldemiro Cascaes- Proprietário

Fernando Ricardo Lopes Cascaes- Procurador

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 033/2015

REFERENTE: **09º Termo Aditivo de 10/03/2015, referente ao Contrato CL nº 096/2011-00, celebrado em 15/12/2011.**

CONTRATANTE: **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**

CONTRATADA: **Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.**

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:

1) Aplicar a incidência da **Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2015** que foi de 7,55% exclusivamente sobre o **montante "A"** e reflexos no montante "C", a partir de 1º de janeiro de 2015.

2) Reajustar o valor contratual com base na variação do IGPM/FG ocorrida no período compreendido entre 1º janeiro/2014 e 31 dezembro/2014 que foi de **3,67%** exclusivamente sobre o **montante "B"** e reflexos no montante "C".

3) Tal reajuste redundou num aumento mensal de R\$ 125.359,79.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93; Item 3.6,

incisos I e II da Cláusula Terceira do Contrato original; Item 13 do Edital de Concorrência 002/2011; Ata da Mesa nº 128, de 27/02/2015 e; Autorização administrativa.

Florianópolis/SC, 25 de março de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Fabício José Satiro de Oliveira- Diretor Administrativo

Luiz Hermes Bordim- Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 034/2015

REFERENTE: Inexigibilidade nº 002/2015 celebrado em 16/03/2015

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: **Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas -CEAME**

OBJETO: Aquisição de espaço físico para instalação de Stand para divulgação institucional da ALESC no XIII Congresso Catarinense de Municípios, que acontecerá nas dependências do Centro de Convenções Centro Sul em Florianópolis.

DATA: 18,19 e 20 de março de 2015.

VALOR: R\$ 50.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93, Ato da Mesa nº 128, de 27 de fevereiro de 2015 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 009/2015 - LIC.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) e subelemento 3.3.90.39.55 (Patrocínio).

Florianópolis/SC, 26 de março de 2015

Fabício Jose Satiro de Oliveira- Diretor Administrativo

Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 035/2015**

REFERENTE: Contrato nº 003/2015 celebrado em 16/03/2015

**CONTRATANTE:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.**CONTRATADA:** Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas - CEAME

OBJETO: Aquisição de espaço físico para instalação de Stand para o XIII Congresso Catarinense de Municípios que acontecerá nas dependências do Centro de Convenções Centro Sul em Florianópolis.

DATA: 18,19 e 20 de março de 2015.

VALOR: R\$ 50.000,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores; Ato da Mesa nº 128, de 27 de fevereiro de 2015; Autorização Administrativa 009/2015-LIC e; Termo de Inexigibilidade nº 002/2015.

Florianópolis/SC, 26 de março de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Fabrício José Satiro de Oliveira- Diretor Administrativo

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS****OFÍCIO Nº 022/15**

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Moradores e Moradoras da Rua São Sebastião do Bairro Sul do Rio, de Santo Amaro da Imperatriz, referente ao exercício de 2013.

José Idival de Souza  
Presidente*Lido no Expediente**Sessão de 24/03/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 023/15**Ofício nº 01/15 Caibi, 23 de março de 2015  
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Caibi, referente ao exercício de 2014.João Henrique Demartini  
Presidente*Lido no Expediente**Sessão de 24/03/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 024/15**

Joinville, 17 de março de 2015

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Mutirão do Amor - Associação Beneficente, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Mery Paul  
Presidente*Lido no Expediente**Sessão de 24/03/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 025/15**Ofício TC/GAP - 1751/2015 Florianópolis, 20 de março de 2015  
Encaminha o Relatório Anual de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao exercício de 2014.Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior  
Presidente*Lido no Expediente**Sessão de 25/03/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 026/15**Ofício TC/GAP - 1747/2015 Florianópolis, 18 de março de 2015  
Encaminha o Relatório Anual de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao exercício de 2014.Conselheiro Luiz Roberto Herbst  
Presidente*Lido no Expediente**Sessão de 24/03/15*

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 1004, de 25 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,**EXONERAR** o servidor **JULIANO GIASSI GOULART**, matrícula nº 5425, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-66, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 17 de Março de 2015 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1005, de 25 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.**DESIGNAR** o servidor **JOÃO NADIR GUEDES****GONÇALVES**, matrícula nº 7186, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Jornalismo, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, NARA PATRICIA RAMOS CORDEIRO, que se encontra em Licença para repouso à gestante por 180 dias, a contar de 23 de fevereiro de 2015 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1006, de 25 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.**DESIGNAR** a servidora **DANIELA DA CUNHA KIRST****LEGAS**, matrícula nº 7208, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria técnica-administrativa - Pesquisa e Produção de Documentos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOÃO NADIR GUEDES GONÇALVES, que se encontra substituindo a Chefe da Seção - Jornalismo por 180 dias, a contar de 23 de fevereiro de 2015 (DCS - Diretoria de Comunicação Social).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1007, de 25 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:****CONSIDERAR LOTADA, CARLA MARIA EVANGELISTA****VIEIRA PEDROZO**, matrícula nº 3554, servidora da Prefeitura Municipal de Florianópolis à disposição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, na DTI - Coordenadoria de Informações, a contar de 1º de fevereiro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1008, de 25 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:**

**LOTAR** a servidora **MARCELA DINIZ DOS SANTOS**, matrícula nº 7214, na CGP - Coordenadoria de Eventos, a contar de 1º de abril de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1009, de 25 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
		Concedido	Total		
GREICI SOUZA	4295	9%	9%	9/2/2015	1688/2015
JACSON LUDVIG BRUGGER	7007	3%	3%	22/2/2015	1500/2015
JOANE MACHADO	6895	3%	3%	9/2/2015	1214/2015
MARIA CECILIA SENS BURG	3505	12%	12%	6/2/2015	1109/2015
MARLA AMORIM STEIN	5749	3%	3%	11/2/2015	1212/2015
MARISETE RABSCH DE ALMEIDA	5512	3%	6%	16/2/2015	1686/2015
MARLISE KUPAS SOARES	1920	3%	36%	11/3/2015	1704/2015
NILZETE ALTHOFF BOLAN BORGES	1095	3%	36%	4/1/2015	1552/2015
ROSANA MARICATO RIBEIRO	4781	3%	9%	1/2/2015	1155/2015

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1010, de 25 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
		Concedido	Total		
ADILOR GUGLIELMI	3237	12%	12%	10/2/2015	1540/2015
ADRIANA BACK KOERICH	5201	3%	6%	4/3/2015	1650/2015
ALDO DA SILVA HONORIO	2309	3%	3%	9/2/2015	1136/2015
ANTONIO MARCO SILVEIRA DUARTE	3429	9%	9%	4/2/2015	1499/2015
ANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA	7002	3%	3%	16/2/2015	1501/2015
CINTIA MARA SCHE VIEGAS	2537	3%	36%	3/3/2015	1685/2015
ELDIMAR CLAUDIO JAGNOW	3365	3%	3%	2/3/2015	1541/2015
ELIDIO EMILIO RIFFEL	6026	3%	6%	1º/3/2015	1705/2015

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1011, de 26 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1569/2015,

**RESOLVE:**

**ALTERAR** nos assentamentos funcionais, o nome da servidora MARIA IZABEL AVILA DA SILVA, matrícula nº 6296, fazendo constar como sendo **MARIA IZABEL AVILA DA SILVA CARIONI**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório do Registro Civil de Florianópolis/SC.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1012, de 26 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **MARISTELA FRANCISCO MARTINS**, matrícula nº 7924, nomeada pela Portaria nº 768, de 2/3/2015, fazendo constar como sendo **MARISTELA FRANCISCA MARTINS**.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1013, de 26 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:**

**LOTAR MARISA BASEI**, matrícula nº 9199, servidora da Secretaria de Estado da Educação à disposição da Assembleia Legislativa, na DL - CC - Coordenadoria das Comissões, a contar de 24 de março de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1014, de 26 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:**

**CONSIDERAR LOTADO** no Gab Dep Silvío Dreveck **VALDEMAR LORENZETTI**, funcionário da EPAGRI - Xanxerê, colocado à disposição na Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1015, de 26 de março de 2015**

Dispõe sobre o regime de adiantamento para a realização de despesas de abastecimento dos veículos utilizados nos deslocamentos a serviço da ALESC.

**O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no exercício de suas atribuições, com amparo no art. 18, inciso I, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 094, de 9 de fevereiro de 2015, e o inciso I do art. 1º do Ato da Mesa nº 128, de 27 de fevereiro de 2015,

**CONSIDERANDO** o encerramento, em 31 de dezembro de 2014, do Contrato CL nº 052/2010, e respectivos termos aditivos, cujo objeto era o gerenciamento da frota de veículos utilizados pela ALESC e fornecimento de combustível;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se manter os veículos em atividade, enquanto se realiza novo procedimento licitatório, visando à contratação de serviço de gerenciamento de abastecimento;

**CONSIDERANDO** que o não abastecimento dos veículos acarretará prejuízos ao bom andamento dos serviços públicos;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que "Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", prevê, nos arts. 68 e 69, o regime de adiantamento de recursos a servidores, nos casos expressamente definidos em lei;

**CONSIDERANDO** que a Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, em seu art. 45, incisos I, VI e VIII, atribuiu à Coordenadoria de Tesouraria competência para efetuar e gerenciar adiantamentos de despesas de combustíveis; e

**CONSIDERANDO**, por fim, a necessidade de aprimorar as normas e procedimentos relativos à concessão de numerário em regime de adiantamento e a respectiva prestação de contas,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) adotará o regime de adiantamento previsto no art. 68 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para a realização de despesas de abastecimento dos veículos utilizados nos deslocamentos a serviço, conforme definido nesta Portaria.

Parágrafo único. O adiantamento pode ser requisitado por Deputado, militar ou servidor, previamente cadastrado na Coordenadoria de Transportes, doravante denominado requisitante.

**Art. 2º** O regime de adiantamento consiste na entrega de numerário ao requisitante, para o fim de realização de despesas de abastecimento dos veículos locados pela ALESC, as quais, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal.

**Art. 3º** As despesas subordinadas ao regime de adiantamento são aquelas necessárias à aquisição de combustíveis e/ou lubrificantes automotivos para uso nos veículos a que se refere o art. 2º desta Portaria.

§ 1º O abastecimento só poderá ser feito com combustível do tipo comum.

§ 2º É proibida a utilização dos recursos de adiantamento para abastecimento dos veículos no Município de Florianópolis.

**Art. 4º** A solicitação de adiantamento será encaminhada à Coordenadoria do Orçamento Parlamentar, por meio do formulário Pedido de Adiantamento, nos termos do Anexo I desta Portaria, devidamente preenchido e assinado pelo requisitante e pelo Titular do Gabinete Parlamentar ou pelo responsável pela Coordenadoria de Transportes, conforme o caso.

§ 1º A assinatura do Titular do Gabinete Parlamentar ou do responsável pela Coordenadoria de Transportes será identificada por meio de carimbo contendo nome e matrícula.

§ 2º Juntamente com o Pedido de Adiantamento, o servidor deverá apresentar o formulário Termo de Responsabilidade pela Aplicação de Recursos a Título de Adiantamento, nos termos do Anexo II desta Portaria, devidamente preenchido e assinado.

**Art. 5º** O requisitante é o responsável pela correta aplicação dos recursos, sendo vedada a transferência de responsabilidade ou substituição no adiantamento recebido em seu nome.

**Art. 6º** Não será permitida a realização de despesas em valor maior do que as quantias já adiantadas.

**Art. 7º** Os recursos de adiantamentos serão aplicados em observância às normas que regem as licitações e contratos administrativos.

**Art. 8º** Não se fará adiantamento:

- I - para despesas já realizadas;
- II - a servidor denominado "em alcance", assim considerado aquele que:
  - a) deixar de atender notificação da Diretoria Financeira para regularizar a prestação de contas dentro do prazo expressamente fixado;
  - b) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos nesta Portaria;
  - c) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor; e
  - d) der causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário, ou, ainda, ao que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos.

**Art. 9º** É obrigatório o depósito bancário dos recursos de adiantamento em conta corrente do requisitante.

**Art. 10.** O prazo para aplicação dos recursos recebidos em adiantamento é de 15 (quinze) dias, considerando-se como data inicial o primeiro dia útil subsequente à data de sua liberação.

§ 1º Os pagamentos das despesas devem ser efetuados, preferencialmente, por cartão de débito vinculado à conta corrente do requisitante, podendo ser utilizado cheque nominal em nome do estabelecimento fornecedor.

§ 2º Em caso excepcional, devidamente justificado, o requisitante poderá efetuar saque em nome próprio, destinado

exclusivamente ao pagamento de despesas com aquisição de combustível e/ou lubrificante automotivo.

**Art. 11.** Encerrado o prazo de aplicação, o requisitante deverá apresentar a prestação de contas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º Os documentos necessários à formalização da prestação de contas serão autuados e cronologicamente numerados.

§ 2º Os recursos recebidos e não movimentados deverão ser integralmente recolhidos na Coordenadoria de Tesouraria no momento da apresentação da prestação de contas.

§ 3º A prestação de contas será protocolada na Coordenadoria de Prestação de Contas, instruída com os seguintes documentos:

I - formulário Prestação de Contas de Adiantamento, nos termos do Anexo III desta Portaria, devidamente preenchido, assinado pelo requisitante e, no campo destinado à certificação, pelo Titular do Gabinete Parlamentar ou pelo Coordenador de Transportes, conforme o caso;

II - documentos hábeis comprobatórios das despesas realizadas; e

III - guia de recolhimento do saldo não utilizado.

§ 4º Os documentos de dimensões reduzidas serão colados em folhas brancas de tamanho ofício, tantos quantos forem possíveis, sem que fiquem sobrepostos uns aos outros;

§ 5º A cada adiantamento corresponderá uma prestação de contas.

**Art. 12.** O documento fiscal comprobatório da despesa (nota fiscal ou cupom fiscal) somente será aceito em primeira via, não podendo conter rasuras, emendas, borrões ou ser ilegível.

§ 1º O documento fiscal será emitido contra a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com indicação do CNPJ 83.599.191/0001-87 e do seguinte endereço: Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310- Florianópolis - Santa Catarina;

§ 2º São condições indispensáveis à validade do documento fiscal:

I - discriminação clara e precisa do produto adquirido;

II - identificação do veículo abastecido, com indicação da placa e quilometragem; e

III - data de emissão compreendida entre a data de liberação do adiantamento e a estabelecida para sua utilização, conforme definido no art. 10 desta Portaria.

**Art. 13.** Decorridos mais de 5 (cinco) dias úteis do prazo estabelecido no art. 11 desta Portaria, sem que o requisitante apresente a prestação de contas, caberá à Diretoria Financeira a tomada de contas, oficiando-o para que o faça no prazo final e improrrogável de 5 (cinco) dias úteis.

**Art. 14.** Consideram-se não prestadas as contas quando:

I - não apresentadas no prazo regulamentar;

II - apresentadas com documentação incompleta; ou

III - a documentação apresentada não oferecer condições à comprovação da boa e regular aplicação do adiantamento.

**Art. 15.** No mês de dezembro de cada exercício financeiro, a Administração da ALESC fixará a data limite para o recolhimento do saldo de adiantamento não utilizado, independente da data de sua concessão, e para encaminhamento da prestação de contas.

**Art. 16.** Competirá à Diretoria Financeira submeter ao Diretor-Geral a proposta de desconto compulsório, conforme previsto nos arts. 95, 131 e 132 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nas seguintes hipóteses:

I - não cumprimento da obrigação da prestação de contas, conforme disposto no art. 11 desta Portaria; e

II - recusa do requisitante em restituir ao erário o valor relativo à despesa não aprovada na prestação de contas.

**Art. 17.** As despesas previstas nesta Portaria correrão à conta da Ação 1144 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, na dotação 33.90.30.96 - Material de Consumo - Pagamento Antecipado.

**Art. 18.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral.

**Art. 19.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

(Os Anexos I, II e III, integrantes desta Portaria, encontram-se disponíveis no site da ALESC - Intralesc)

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1016, de 26 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

**DESIGNAR a servidora RAQUEL HELENA DE BORJA**

**RAMALHO**, matrícula nº 2079, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerência do Protocolo-Geral, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, JANETE MARIA BARTHOLOMEU MONTEIRO, que se encontra em licença para tratamento de saúde, no período de 1º de janeiro a 30 de março de 2015 (DA - CSG - Gerência de Protocolo-Geral).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1017, de 26 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:**

**EXCLUIR** da Portaria nº 869, de 5 de março de 2015 a servidora **ROSANA MARICATO RIBEIRO**, matrícula nº 4781.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1018, de 26 de março de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

**PUBLICAR** que a servidora abaixo relacionada exerce

**Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 16 de março de 2015.

**Liderança do PR**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7962	CAMILA AMORIM	SÃO JOSÉ

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/15**

Aprova as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2010.

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2010, integradas pelas Contas do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,  
Deputado Darci de Matos  
Relator

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 070.4/2015**

Acrescenta o inciso IX ao art. 124-C da Lei nº 14.675, de 2009, que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente, para incluir a "Roça do Toco" entre as atividades consideradas de interesse social.

Art. 1º Fica acrescido o inciso IX ao art. 124-C da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 124-C.....

IX - atividade rural chamada 'Roça do Toco', consistente na atividade tradicional de uso da terra para fins de subsistência, praticada por pequeno produtor rural, quando autorizada por órgão ambiental municipal. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Gean Loureiro

Lido no Expediente

Sessão de 24/03/15

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei visa alterar a Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências, para o fim de incluir a "Roça do Toco", consistente na atividade praticada por pequeno produtor, quando autorizada por órgão ambiental municipal competente, dentre as atividades consideradas de interesse social.

Vale ressaltar que "Roca de Toco" é um sistema tradicional de uso da terra e caracteriza-se com componente central nos estabelecimentos e nos meios de subsistência das populações envolvidas, sendo praticado há muitos anos nas áreas florestadas do planeta.

No Estado de Santa Catarina, assim como em outras partes do mundo, esse sistema apresenta características comuns, destacando-se o aspecto de que uma pequena área de vegetação é derrubada e queimada para reparar e fertilizar a terra para o cultivo de espécies agrícolas de ciclo curto (anuais ou bianuais) e, após a colheita, a área é deixada para longo período de regeneração, que pode superar 10 anos.

O fato de a legislação ambiental vigente não reconhecer, adequadamente, essa prática secular, contribui para sua criminalização e substituição por práticas agrícolas mais intensivas. Essa substituição apresenta prejuízo direto aos agricultores familiares, que usam esse sistema como uma importante estratégia adaptativa de produção de bens e serviços, e ao ambiente, em especial à conservação da biodiversidade, sobretudo nas regiões declivosas.

Dessa forma, o Poder Público deve prover e adequar a legislação ambiental, considerando a "Roça do Toco" como um sistema de uso da terra presente na agricultura familiar de Santa Catarina e que se apresenta como uma atividade de relevante interesse socioambiental.

Ante o exposto, contamos com o apoio de todos os Senhores Parlamentares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Gean Loureiro

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 071.5/2015**

Estabelece limites para o plantio de árvores exóticas e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica e dá outras providências.

Art. 1º Fica estabelecida que a distância mínima para o plantio de árvores exóticas e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica é de 20 m (vinte metros), em relação ao eixo da mesma.

Parágrafo Único. O proprietário poderá, nesta área de recuo, plantar vegetação rasteira, árvores frutíferas e outras culturas com até 2 m (dois metros) de altura ou realizar pastagens.

Art. 2º As árvores mencionadas no artigo anterior que estiverem plantadas e não obedecerem a distância mínima exigida, deverão ser cortadas por seus proprietários.

Parágrafo Único. As árvores nativas existentes que estiverem dentro dos limites da presente lei, somente poderão ser cortadas mediante autorização expressa do órgão ambiental competente.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei definindo as especificações técnicas, os valores e as sanções compatíveis, bem como as demais regras de suporte administrativo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Dirceu Dresch

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 24/03/15*

#### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

A principal causa de vegetação na rede, são os reflorestamentos plantados pelos próprios proprietários das terras nas áreas urbanas ou rurais, e muitas vezes, os fortes ventos acabaram acarretando mais prejuízos a rede de energia e interrompe o fornecimento de energia causada pelo contato de árvores com a rede elétrica quem vem sendo uma das principais preocupações das Distribuidoras de Energia Elétrica.

Segundo informações da própria Celesc em várias regiões de Santa Catarina a vegetação é responsável por mais de 70% das interrupções no sistema de distribuição de energia elétrica.

Por isso, a roçada e limpeza dos locais próximos às redes de energia elétrica são fundamentais, de forma que todas as empresas de energia devem deixar limpa, uma faixa de segurança de cada lado ao longo da rede. As permissionárias de energia elétrica afirmam que hoje a demanda de corte é de mais 38 mil árvores exóticas em mais de 640 locais diferentes.

É necessário que todos os consumidores de energia se conscientizem quanto ao plantio apropriado nos locais de rede de energia. Para tanto, são sugeridas as plantas rasteiras anuais (milho, feijão, soja ou pastagens para servir de alimento aos animais).

É de fundamental importância que os locais onde existam as redes de energia elétrica sejam mantidos livre de árvores, vez que o contato destas com a rede representam um grande risco para as pessoas e para os animais, além de deixar inúmeras propriedades sem energia elétrica por várias horas. Deve-se levar em consideração, por fim, que especialmente em dias de chuva e temporais, este risco aumenta e predispõe a ocorrência de acidentes, podendo até causar a morte de pessoas e de animais.

Para minimizar esses problemas, e atendendo a grande demanda de reivindicações de diversas regiões de Santa Catarina, nossa intenção é manter uma distância mínima de 20 m (vinte metros) da rede de energia para o plantio de árvores exóticas ou de grande porte em relação ao eixo da mesma.

Neste sentido objetivando dar mais segurança e guarida aos problemas de falta de energia e ao mesmo tempo garantir uma melhor qualidade de vida é que apresentamos o presente projeto de lei.

Ante o exposto conto com o apoio dos nobres pares para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões em,  
Deputado Dirceu Dresch

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI PL./0072.6/2015

Declara de utilidade pública o Instituto Francesco Zomer, de Orleans.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Francesco Zomer, com sede no Município de Orleans.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado José Nei Alberton Ascari

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 24/03/15*

#### JUSTIFICATIVA

O Instituto Francesco Zomer, com sede no Município de Orleans, é uma entidade civil, de fins não econômicos, beneficente e educativo, o que pode ser observado por meio do estatuto social que acompanha o presente projeto de lei.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, com base na colaboração recíproca de seus associados.

Deputado José Nei Alberton Ascari

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 073/15

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### GABINETE DO GOVERNADOR

#### MENSAGEM Nº 085

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis".

Florianópolis, 19 de março de 2015.

#### JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 24/03/15*

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

#### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### EM Nº 01/15

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2015.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a conceder ao Circolo Trentino di Florianópolis, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito da sala nº 907 do Edifício Alpha Centauri, no Município de Florianópolis, matriculada sob o nº 8.924 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 02312 na Secretaria de Estado da Administração.

A presente concessão de uso de imóvel tem por finalidade exclusiva permitir que a entidade continue desenvolvendo projetos, acompanhamento de processos a obtenção ao direito de dupla cidadania, bolsa de estudos para descendentes, gincanas culturais e sociais, atividades com grupos jovens e outras atividades com objetivos sociais.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

#### Derly Massaud Anuniação

Secretário de Estado da Administração

#### PROJETO DE LEI Nº 73/2015

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratuitamente ao Circolo Trentino di Florianópolis, pelo prazo de 10 (dez) anos, a sala nº 907 do Edifício Alpha Centauri, no Município de Florianópolis, matriculada sob o nº 8.924 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrada sob o nº 02312 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o que determina o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 14.902, de 23 de outubro de 2009.

Art. 2º A concessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade permitir que o concessionário desenvolva projetos e atividades sociais, bem como acompanhe processos para a obtenção do direito a dupla cidadania e de bolsas de estudos para descendentes trentinos.

Art. 3º O concessionário, sob pena de reversão antecipada e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou  
 III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O concedente retomar a posse do imóvel, nos casos em que:

- I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;
- II - findarem as razões que justificaram a concessão de uso;
- III - findar o prazo concedido para a concessão de uso;
- IV - o Estado necessitar do imóvel para uso próprio; ou
- V - houver desistência por parte do concessionário.

Parágrafo único. Ficam incorporadas ao patrimônio do Estado todas as benfeitorias realizadas no imóvel pelo concessionário, sem que ele tenha direito a indenização, caso ocorra qualquer uma das situações constantes deste artigo.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, concedente e concessionário firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
 Florianópolis,

#### JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 074.8/2015

Denomina Dr. João Nilson Zunino o Elevado da Avenida Deputado Diomício Freitas, no Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica denominado Dr. João Nilson Zunino o Elevado da Avenida Deputado Diomício Freitas, localizado no bairro Carianos, no Município de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
 Sala das Sessões,  
 Deputado Gean Loureiro

Lido no Expediente  
 Sessão de 24/03/15

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa denominar Dr. João Nilson Zunino o Elevado da Avenida Deputado Diomício Freitas, localizado no bairro Carianos, no Município de Florianópolis.

A presente proposta visa homenagear João Nilson Zunino, nascido em 9 de abril de 1946, no Município de São João Batista, Santa Catarina.

O homenageado casou-se com Marlene Maria dos Santos, no dia 20 de dezembro de 1969, e desta união nasceram quatro filhos, Daniela, Alexandra, Gisele e Gabriel.

Formou-se em Medicina, em 1973, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em 1974, fundou o Laboratório Santa Luzia, em Santa Catarina, do qual foi diretor até falecer. E no ano seguinte, obteve o título de Especialista em Patologia Clínica (TEPAC).

Associou-se à Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial (SBPC/ML), a qual presidiu entre os anos de 1989 a 1993. Também foi presidente dos Congressos Brasileiros de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial de 2000 a 2011, em Florianópolis. No período de 1997/1999, foi presidente Regional da SBPC/ML em Santa Catarina. Desde 2012 era membro do Conselho Fiscal da Sociedade.

Também foi presidente da Unimed Grande Florianópolis (1985 a 1988), da Associação Catarinense de Medicina (1989 a 1991) e um dos idealizadores do Baía Sul Medical Center, hospital da capital catarinense. Em 2005, obteve o mestrado em Ciências médicas pela UFSC.

Além da patologia clínica, atuou como médico legista do Departamento de Polícia Científica da SSI-SC e foi professor da Graduação em Medicina na Universidade do Vale do Itajaí. Desde 1997 era membro titular da Academia Catarinense de Medicina.

Apaixonado por futebol, Zunino assumiu a presidência do Avaí Futebol Clube em 2002 e entrou para a história do clube catarinense ao classificá-lo para a Série "A" do Campeonato Brasileiro na temporada de 2008, após uma espera de 30 anos. Sob sua direção, o Avaí conquistou três títulos estaduais (2009, 2010 e 2012) e disputou a Copa Sul-Americana de 2010. Foi o Presidente do clube que mais tempo esteve a frente do cargo, completando, no ano de 2013, onze anos como Presidente do Avaí. Presidiu a Associação de Clubes de Futebol de Santa Catarina entre 2009 e 2012. Em 2013, licenciou-se por motivo de saúde, e faleceu no dia 23 de dezembro de 2014.

Nesse sentido, com argumentos que poderiam ser mais amplos e generosos, encaminho aos nobres Pares este projeto de lei para análise e deliberação.

Deputado Gean Loureiro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0075.9/2015

Denomina Senador Evelásio Vieira a Escola da Rede Estadual de Ensino, no Município de Blumenau.

Art. 1º Fica denominada Senador Evelásio Vieira a Escola da Rede Estadual de Ensino, localizada no bairro Itoupavazinha, no Município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
 Deputado Leonel Pavan

Lido no Expediente  
 Sessão de 24/03/15

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa denominar Senador Evelásio Vieira a Escola da Rede Estadual de Ensino, em construção na Rua Jacob Ineichen, nº 460, localizada no bairro Itoupavazinha, no Município de Blumenau.

Evelásio Vieira nasceu em Indaial, em 27 de novembro de 1925. Era filho de Luís José Vieira e de Genésia Vieira. Foi Deputado Estadual em Santa Catarina na 6ª Legislatura (1967 - 1971). Foi prefeito da cidade de Blumenau (1970 - 1973) e Senador da República (1975 - 1982), sempre eleito pelo MDB - Movimento Democrático Brasileiro, atual PMDB.

Além de político e empresário da comunicação (fundador da Rádio Nereu Ramos) "Lazinho", como era conhecido, foi um grande desportista. Jogador de futebol, excelente meia-direita. Lazinho jogou no Tupi de Gaspar, no Ipiranga de Canoinhas e no Palestra Itália de Curitiba.

Os discursos por ele proferidos evidenciavam o seu talento fulgurante e o propósito de batalhar decididamente em prol das liberdades públicas, cerceadas naquela fase ominosa para o Brasil, pois seus dois mandatos parlamentares foram exercidos na condição de opositor ao regime ditatorial vigente.

Como homem de mídia, mantinha em Blumenau uma conceituada emissora de radiodifusão, que se transformou em veículo de permanente defesa das aspirações coletivas.

Nos grandes debates nacionais e em momentos importantes e inesquecíveis do processo de abertura democrática, na década de 1980, sempre se fez presente, evocando aqueles momentos que assinalaram a nossa porfia em favor dos interesses de nossa Pátria.

Faleceu em Blumenau, em 29 de Junho de 2004.

Este projeto viabiliza reconhecimento público a um líder que soube honrar e dignificar as nossas mais caras tradições políticas. Um homem de conduta retilínea, fiel aos compromissos assumidos com a sua consciência e aos ideais partidários que soube patrocinar ardorosamente.

A sociedade e a comunidade escolar Blumenauense solicitam aos representantes do povo catarinense que viabilizem instrumento legal denominando Senador Evelásio Vieira a Escola da Rede Estadual de Ensino, no Município de Blumenau, razão pela qual peço acolhimento da presente proposição que ora submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados.

Deputado Leonel Pavan

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0076/2015**

Institui o Número Estadual Único de Emergência e dá outras providências

Art. 1º Fica instituído o Número Único Catarinense de Emergências - NUCE.

Parágrafo único. O NUCE a ser adotado no Estado de Santa Catarina será definido pelo Governo do Estado.

Art. 2º As chamadas ao NUCE serão atendidas a partir da Central de Atendimento de Chamadas de Emergência - CACEM.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo, através da regulamentação dessa Lei, estabelecer a estrutura e a forma de atuação do CACEM.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Serafim Venzon

*Lido no Expediente*

*Sessão de 25/03/15*

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei pretende instituir no Estado de Santa Catarina um número único de atendimento às emergências.

Atualmente os cidadãos são obrigado a decorar um rol de números com finalidades específicas mas que em suma são todos números emergenciais, tais como: 190 - Polícia Militar, 181 - Polícia Civil/Disque-Denúncia, 193 - Bombeiros, 192 - SAMU dentre outros.

Com a adoção de um número único de emergência catarinense, à exemplo do que ocorre nos Estados Unidos com o número 911, na União Europeia com o 112 e no Estado de Pernambuco com o número 190, pioneiro nesse sentido, facilita-se o acesso dos usuários bem como proporciona-se um atendimento mais célere onde o atendente ao receber a chamada sabe para qual serviço direcionar a ocorrência.

Destaca-se que o presente projeto pretende com a criação do NUCE e com a Central de Atendimento de Chamadas de Emergência, facilitar o atendimento, porém sem excluir as chamadas diretas ao serviço de atendimento específico. Ou seja, é um serviço complementar onde o cidadão ao ligar para o NUCE é direcionado para o tipo de ocorrência específico.

Desta forma Senhores Deputados, entendo que esta medida contribuirá para a evolução da sociedade catarinense, e, dada sua importância, conto com o apoio dos nobres Pares.

Deputado Serafim Venzon

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 077.0/2015**

Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 14.262, de 21 de dezembro de 2007, que "Dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais", para isentar os municípios do Estado de Santa Catarina do pagamento das taxas referentes às etapas do licenciamento ambiental na extração da lavra a céu aberto por escavação.

Art. 1º Fica acrescido parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 14.262, de 21 de dezembro de 2007, com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

Parágrafo único. Os municípios do Estado de Santa Catarina ficam isentos do pagamento das taxas referentes às etapas do licenciamento ambiental na extração da lavra a céu aberto por escavação, quando para utilização própria nos serviços de manutenção e obras de melhorias no sistema rodoviário municipal. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jose Nei Alberton Ascari

*Lido no Expediente*

*Sessão de 25/03/15*

**JUSTIFICATIVA**

Os municípios catarinenses, especialmente no seu interior, possuem um sistema viário em condições extremamente precárias, tanto para a locomoção dos seus habitantes como para o escoamento de suas produções.

A recuperação e manutenção dessas rodovias são medidas urgentes que exigem recursos financeiros comumente escassos nas administrações municipais.

Nesse sentido, utilizar o material oriundo da extração da lavra a céu aberto por escavação - as chamadas cascalheiras -, quando para a utilização própria nos serviços de manutenção e obras de melhorias no sistema rodoviário municipal, seria uma solução viável do ponto de vista econômico-financeiro para as administrações municipais.

No entanto, as taxas ambientais exigidas na exploração dessa matéria prima têm inviabilizado o seu uso na recuperação e manutenção das vias municipais, em função do alto custo na regularização de uso das cascalheiras.

Sendo assim, abrindo mão da cobrança das taxas ambientais exigidas na exploração das cascalheiras, o Estado, de forma subsidiária, estará viabilizando, juntamente com os municípios, a melhoria dos sistemas viários, das condições de locomoção dos municípios e escoamento da produção.

Diante do exposto, entendo que essa seja uma medida de grande relevância social, por isso peço apoio aos meus ilustres Pares para aprovação do Projeto de Lei em tela.

Deputado José Nei Alberton Ascari

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 078.1/2015**

Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Localidade de Anta Gorda.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Localidade de Anta Gorda, com sede no município de Canoinhas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Estadual n. 15.125/2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar

Líder da Bancada do PMDB

*Lido no Expediente*

*Sessão de 25/03/15*

**JUSTIFICATIVA**

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Moradores da Localidade de Anta Gorda, com sede no município de Canoinhas.

Trata-se de uma entidade que, conforme seu estatuto social, não tem fins lucrativos e se enquadra nas exigências da Lei Estadual n. 15.125/2010, uma vez que promove vínculos de solidariedade e cooperação entre os membros da comunidade, solidificando o espírito associativo, bem como promove atividades que tenham como objetivo a inclusão social, a assistência promocional, a educação profissionalizante, a cultura, a qualidade de vida da comunidade.

Frente aos propósitos da referida entidade (nos termos de seu estatuto), para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da lei vigente, solicito aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação da presente proposição, para conceder à Associação de Moradores da Localidade de Anta Gorda, com sede no município de Canoinhas, o Título de Utilidade Pública.

Deputado Antonio Aguiar

Líder da Bancada do PMDB

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PLC/0008.4/2015**

Acrescenta a alínea "e" ao inciso V do art. 146 da Lei nº 6.745, de 1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina, para o fim de tornar agravante a ofensa moral ou a agressão física praticadas contra as mulheres.

Art. 1º Fica acrescida a alínea "e" ao inciso V do art. 146 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, com a seguinte redação:

"Art. 146.....

.....

V - .....

.....

e) com ofensa moral ou agressão física praticadas contra as mulheres, considerando-se a natureza, a gravidade da infração cometida e os danos que dela provierem." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Cesar Valduga

Lido no Expediente  
Sessão de 24/03/15

## JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa acrescentar a alínea "e" ao inciso V do art. 146 da Lei nº 6.745, de 1985, Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, para o fim de tornar agravante a ofensa moral ou a agressão física praticadas contra as mulheres.

Consideramos que a matéria vem ao encontro dos anseios da população catarinense, uma vez que observamos nos noticiários os constrangimentos, humilhações, ameaças e agressões físicas sofridas por mulheres, trabalhadoras no serviço público e no exercício de suas funções, isso em quaisquer das esferas federal, estaduais e municipais.

O art. 7º da Lei Maria da Penha conceitua como violência doméstica e familiar contra a mulher não só a violência física, mas também a psicológica, a social, a patrimonial e a moral.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal confirmou a validade constitucional da Lei Maria da Penha, símbolo da luta contra a violência doméstica. Os ministros entenderam que a Lei não fere o princípio constitucional de igualdade, e sim o contrário, já que busca proteger as mulheres para garantir uma cultura de igualdade efetiva, sem violência e preconceitos.

Visa, especialmente, dar o exemplo à sociedade catarinense de que se o servidor, do sexo masculino, tentar rebaixar o nível da convivência em suas atividades contra qualquer servidora submetida ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, terá ele esse agravante para fins de aplicação das sanções disciplinares previstas no art. 136 da Lei nº 6.745, de 1985.

Por ser matéria de interesse da sociedade catarinense, este Parlamentar espera contar com o apoio dos Senhores Deputados para sua aprovação.

Deputado Cesar Valduga

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETO DE RESOLUÇÃO</b>
-----------------------------

**PROJETO DE RESOLUÇÃO PRS/0008.4/2015**

Institui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina o Programa Carbono Zero.

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina o Programa Carbono Zero.

Parágrafo único. O Programa de que trata o *caput* tem por objetivo promover estudos e promover ações visando a neutralização total ou parcial das emissões de carbono geradas em todas as suas dependências e atividades.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, define-se:

I - Carbono Zero - quantificação de emissões de Gases de Efeito Estufa, associadas a atividades de indivíduos e da instituição e a respectiva compensação através do co-financiamento de projetos que seqüestrem ou evitem emissões em quantidade equivalente;

II - Efeito Estufa - fenômeno natural formado por gases que permitem que a luz do Sol penetre na superfície terrestre, mas que bloqueiam a radiação do calor e o impedem de voltar ao espaço;

III - Gases de Efeito Estufa - gases componentes do efeito estufa: CO<sub>2</sub>, CO, NO<sub>x</sub>, N<sub>2</sub>O, CH<sub>4</sub> e NMVOC;

IV - Seqüestro de Carbono - absorção do gás carbônico (CO<sub>2</sub>) presente na atmosfera pelas florestas;

V - Certificados de Emissões Reduzidas (CER) - Documento oficial para a comercialização de créditos de carbono.

VI - Crédito de Carbono - certificados que autorizam o direito de poluir.

VII - Mercado de Carbono - sistema de negociação de créditos de carbono.

VIII - Carbono Equivalente - unidade dos créditos de carbono nos Certificados de Emissões Reduzidas, 1 tonelada de carbono equivalente se equipara a 3,67 toneladas de CO<sub>2</sub>.

Art. 3º A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, concluirá, direta ou indiretamente, o seu inventário de emissões de dióxido de carbono e o plantio de árvores e outros meios como forma de compensar as emissões de carbono geradas em suas dependências político-administrativas.

Art. 4º A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina destinará, anualmente, recursos para execução do programa previsto nesta Resolução.

Art. 5º As compras de equipamentos e materiais poderão ser feitas dando-se prioridade na aquisição, nas formas da Lei, para produtos, serviços de empresas considerados limpos ou não poluentes,

ou que desenvolvam processos ou programas de neutralização das emissões de carbono.

Art. 6º Será instituído o selo "Carbono Zero" a ser concedido às empresas fornecedoras ou prestadoras de serviços à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e que comprovadamente desenvolvam processos ou programas que visem à diminuição ou neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Art. 7º A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no âmbito da sua competência poderá estabelecer parcerias para a execução das medidas de compensação previstas nesta Resolução, priorizando áreas de vulnerabilidade sócio-ambiental.

Art. 8º Esta Resolução será regulamentada por Ato da Mesa Diretora.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Cesar Valduga

Lido no Expediente  
Sessão de 24/03/15

## JUSTIFICATIVA

Submeto aos presentes pares a presente matéria que tem por escopo promover medidas necessárias à neutralização das emissões de carbono geradas nas dependências e atividades desta Casa.

Creemos que não existe possibilidade de desenvolvimento econômico que não seja o sustentável e que atento a essa diretriz o Estado deva assumir relevante papel de indutor e de principal ator na construção de políticas públicas que considerem a inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte.

É hoje imperativo tomar medidas urgentes e eficazes para combater o processo de desenvolvimento econômico que desconsidere as variáveis ambientais, inúmeros estudos alertam para os indesejáveis efeitos do aquecimento global e conseqüente das mudanças climáticas.

Lamentavelmente adverte-se que este cenário tende a piorar cada dia mais, pois as estimativas sobre a utilização global de energia e mudanças no uso do solo indicam, para os próximos anos, um aumento significativo das emissões e, por conseqüência, da concentração de Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera.

Combater o aquecimento global é, portanto, uma responsabilidade de todos, especialmente porque a emissão de carbono decorre não só do uso de combustíveis fósseis, carvão e outros agentes poluidores industriais ou de veículos, mas também de toda e qualquer atividade humana. E isto vale dizer, que cada um de nós tem a sua cota pessoal de emissão de carbono.

Todavia, se houver um esforço amplo é possível neutralizar esse carbono excedente. O plantio de árvores, por exemplo, é uma das alternativas que já vem sendo adotadas nos países ricos, e por algumas empresas brasileiras, pois absorvem o CO<sub>2</sub> que está no ar e o estocam como biomassa.

Neste sentido, entendemos como necessário que esta Casa promova ações concretas para tornar-se uma instituição "zero carbono" ou "carbon neutral".

Tornar-se uma instituição carbono zero é uma maneira direta de assumir a sua parcela de responsabilidade pelo efeito estufa e buscar de modo efetivo uma melhoria da situação.

A neutralização das emissões de GEE está sendo adotada por empresas em todo o mundo e no Brasil já há dezenas de projetos implantados pela iniciativa privada com o mesmo objetivo. Essa iniciativa é uma das medidas defendidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para combater o efeito do aquecimento global.

Em que pese se tratar de uma política isolada porquanto estar restrita ao âmbito da Assembléia Legislativa entendendo oportuno que esta Casa que tem por prerrogativa constitucional e função precípua discutir e elaborar políticas de relevante interesse para a sociedade catarinense que dê o exemplo instituindo medidas afim de racionalizar o uso dos recursos naturais.

Por fim, ressalta-se ainda esta proposição poderá servir como parâmetro para aqueles municípios que ainda não possuam dispositivos normativos desta natureza e se espelham na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em sua elaboração legislativa.

Diante do exposto, por entender que a aprovação da presente proposição trará inúmeros benefícios considerando a variável ambiental e ainda a responsabilidade solidária desta para as futuras gerações na existência, acesso e possibilidade de uso dos recursos naturais que aguardo de meus nobres Pares a sua rápida tramitação e aprovação.

Sala das Sessões,  
Deputado CESAR VALDUGA

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>REDAÇÕES FINAIS</b>
------------------------

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 004/2015**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Paulo Tallmann, de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Paulo Tallmann, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2015.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0011.4/2015**

A ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº 0011.4/2015 passam a ter a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Rural e Agropecuária de Correia Pinto.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Rural e Agropecuária de Correia Pinto, com sede no Município de Correia Pinto.

....."

Sala da Comissão,

Deputado Narcizo Parisotto

**APROVADO EM TURNO ÚNICO**

Em Sessão de 24/03/15

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 011/2015**

Declara de utilidade pública a Associação Rural e Agropecuária de Correia Pinto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Rural e Agropecuária de Correia Pinto, com sede no Município de Correia Pinto.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2015.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 054/2014**

Torna obrigatória a inserção de protocolos referentes a reclamações, solicitações de serviços e de informações nas faturas de água, luz e telefone, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º É obrigatória a inserção, nas faturas de água, luz e telefone, no âmbito do Estado de Santa Catarina, de todos os números de protocolos referentes a reclamações, solicitações de serviços e/ou informações formuladas pelo consumidor, no mês correspondente ao do consumo faturado.

Parágrafo único. Os números de protocolos a que se refere o *caput* deste artigo devem ser atribuídos a toda solicitação realizada ao serviço de atendimento ao consumidor, por meio de contato telefônico, *site* institucional ou correio eletrônico mantidos pela empresa prestadora de serviços.

Art. 2º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções, sem prejuízo de outras previstas na Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990:

I – advertência por escrito da autoridade competente; e

II – multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de março de 2015.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 259/2014**

Denomina Professora Attela Jenichen a Escola Modelo, no Município de Indaial.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica denominada Professora Attela Jenichen a Escola Modelo, no Município de Indaial.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de março de 2015.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2015**

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - R\$ 908,00 (novecentos e oito reais) para os trabalhadores: .....

II - R\$ 943,00 (novecentos e quarenta e três reais) para os trabalhadores: .....

III - R\$ 994,00 (novecentos e noventa e quatro reais) para os trabalhadores: .....

IV - R\$ 1.042,00 (mil e quarenta e dois reais) para os trabalhadores: .....

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de março de 2015.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*